



Plano Diretor Municipal de Sintra

**- Avaliação Ambiental Estratégica -**

**Relatório de Fatores Críticos**



22 janeiro 2015

## Ficha Técnica

### Coordenação

Maria do Rosário Partidário

### Equipa Técnica

Margarida Monteiro

Rita Bruno Soares

Rute Martins

## Índice

Índice .....	i
Índice de Figuras .....	ii
Índice de Quadros .....	ii
Acrónimos .....	iv
1 Introdução .....	1
2 Objetivo e metodologia da AAE.....	1
2.1 Abordagem Específica .....	3
2.1.1 Participação Pública e Envolvimento de Agentes na focalização da AAE	5
2.2 Objeto de Avaliação .....	6
3 Quadro Problema.....	6
4 Fatores Críticos para a Decisão .....	9
4.1 Questões Estratégicas (QE) .....	10
4.2 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) .....	10
4.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE) .....	11
4.4 Critérios de Avaliação e Indicadores.....	14
5 Quadro de Governança.....	16
6 Fontes de informação .....	18
ANEXO I – Lista de entidades relevantes para consulta .....	19
ANEXO II – Quadro de Governança: Responsabilidades e competências .....	21
ANEXO III – Orientações e metas relevantes do QRE .....	32
Anexo IV – Participação pública no processo de identificação dos FCD .....	45
1) Workshop de Focalização .....	45
2) Inquérito à população .....	55

## Índice de Figuras

Figura 1 - Desenvolvimento da AAE e a ligação com o processo de revisão do PDM	2
Figura 2 - Atividades de AAE e entregáveis em cada uma das fases	3
Figura 3 – Relações de causalidade identificadas (1/4)	49
Figura 4 - Relações de causalidade identificadas (2/4)	49
Figura 5 - Relações de causalidade identificadas (3/4)	50
Figura 6 - Relações de causalidade identificadas (4/4)	50
Figura 7 - Resultados do exercício de identificação de temas críticos	52
Figura 8 - Resultado do exercício de identificação dos FCD	53
Figura 9: Estrutura do inquérito e <i>layout</i>	55
Figura 10: Distribuição dos inquiridos por género	57
Figura 11: Distribuição dos inquiridos por habilitações	57
Figura 12: Condição perante o trabalho dos inquiridos	57
Figura 13: Aspetos considerados positivos no concelho de Sintra (Em % de respostas)	58
Figura 14 Aspetos a melhorar no concelho de Sintra (Em % de respostas)	60
Figura 15 Palavras mais mencionadas para descrever Sintra daqui a 20 anos	62

## Índice de Quadros

Quadro 1: Quadro Problema	6
Quadro 2: Fatores Críticos para a Decisão e objetivos correspondentes.	9
Quadro 3: Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes, por FCD...	10
Quadro 4: QE, FCD e relação com QAS	11
Quadro 5: Relevância do QRE por FCD.	13
Quadro 6: Objetivos, critérios de avaliação e indicadores por FCD.	14
Quadro 7: Interesses no processo de revisão do PDM de Sintra	17
Quadro 8: Agentes relevantes e responsabilidades para o processo de planeamento	21
Quadro 9: Quadro de referência estratégica - orientações e metas	32
Quadro 10: Sessões de Trabalho Workshop	46
Quadro 11: Resultados agregados do exercício de identificação de aspetos prioritários – 1ª questão – O que torna Sintra melhor	47

Quadro 12: Resultados agregados do exercício de identificação de aspetos prioritários – 2ª questão: Aspetos a melhorar no concelho .....	48
Quadro 13: Distribuição dos inquiridos por Freguesia.....	56
Quadro 14: Representatividade dos aspetos positivos mais mencionados por freguesia (Em % de respostas) .....	59
Quadro 15: Representatividade dos aspetos a melhorar mais mencionados por freguesia (Em % de respostas) .....	61

## Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CA	Comissão de Acompanhamento
CMS	Câmara Municipal de Sintra
DA	Declaração Ambiental
DL	Decreto-Lei
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EFICE2020	Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020
EM	Empresa Municipal
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
ENGIZC	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
ENPSIS	Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010
EPE	Entidade Pública Empresarial
ERAE	Entidades com Responsabilidade Ambiental Específica
FCD	Fator Crítico para a Decisão
INE	Instituto Nacional de Estatística
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Instituto Público
PBH-RO-T	Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste e do Tejo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDR2020	Plano de Desenvolvimento Rural 2020
PECSAC	Plano Estratégico de Sintra face às Alterações Climáticas
PEH	Plano Estratégico da Habitação 2008-2013
PENSAAR	Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo 2013-2015
PERSU2020	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020
PES	Plano Energético de Sintra
PETI3+	Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014 – 2020
PMA	Plano Municipal do Ambiente
PMDf	Plano Municipal de Defesa da Floresta
PNPOT	Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020

---

POPNSC	Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais
PROF-AML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROT-AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
QA	Questões Ambientais
QAS	Questões Ambientais e de Sustentabilidade
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
RA	Relatório Ambiental
RFCD	Relatório de Fatores Críticos de Decisão
SA	Sociedade Anónima
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
TI	Transporte Individual
U.F.	União de Freguesias
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

## 1 Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) da Avaliação Ambiental (AA) do processo de elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal de Sintra (PDM de Sintra).

A revisão do PDM de Sintra encontra-se sujeito a um processo de AA de acordo com o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, modificado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio, com os regulamentos da AA posteriormente introduzidos pelo Decreto-Lei nº 316/2007 de 19 de setembro, modificado pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de fevereiro. Este enquadramento legal define como responsável pela AA o proponente do Plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Sintra (CMS).

Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do seu âmbito e alcance, consulta de entidades e do público sobre esse âmbito e alcance, preparação do Relatório Ambiental (RA) e respetivas consultas públicas e institucionais, e, por fim, apresentação da Declaração Ambiental (DA) à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) desenvolve-se através de uma metodologia que assume um papel de facilitador do processo de planeamento, alertando para situações de risco ou de oportunidade na perspetiva da sustentabilidade, em função de FCD identificados neste relatório. Processa-se em quatro fases, descritas no capítulo 2, concomitantes com a definição da estratégia e das opções estratégicas do Plano, e com o desenvolvimento do modelo territorial e das respetivas propostas, integrando assim a definição das estratégias do Plano e a sua territorialização.

Este relatório dá cumprimento ao estipulado no nº 1 do Art.º 5º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio relativo à determinação do âmbito da avaliação ambiental, bem como ao alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no RA e destina-se a ser apreciado pelas entidades públicas com responsabilidade ambiental específica (ERAE) (Anexo I), nos termos do nº 3 do Art.º 3º do Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de Maio; e demais entidades e agentes que o proponente entenda deverem ser consultados, designadamente os membros da Comissão de Acompanhamento (CA) do PDM de Sintra.

## 2 Objetivo e metodologia da AAE

A AA da elaboração da revisão do PDM de Sintra será desenvolvida com base na metodologia de AAE descrita em Partidário (2012)<sup>1</sup>, segundo a qual a avaliação deve

---

<sup>1</sup> Partidário, MR 2012. Guia de Melhores Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente e Redes Energéticas Nacionais. Lisboa

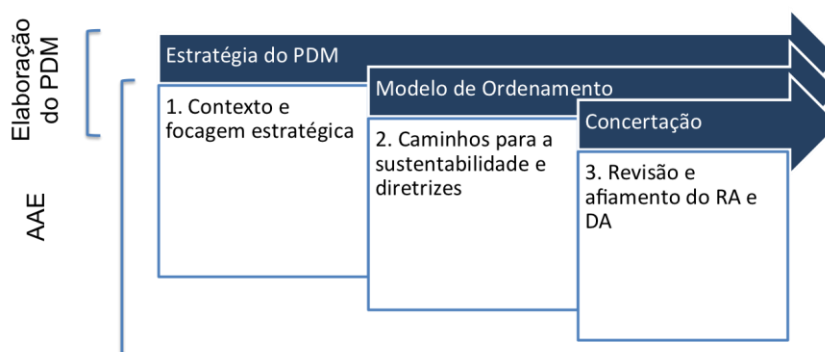


ser conduzida em simultâneo com a elaboração do Plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspetos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do Plano.

A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto – Lei nº 232/2007, de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio e no Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

- I. Identificação e análise de Fatores Críticos para a Decisão;
- II. Análise de tendências;
- III. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas;
- IV. Estabelecimento de bases para um programa de seguimento da implementação do Plano.

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à conceção do PDM de Sintra, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do Plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas (Figura 1). A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta e envolvimento de entidades e do público.



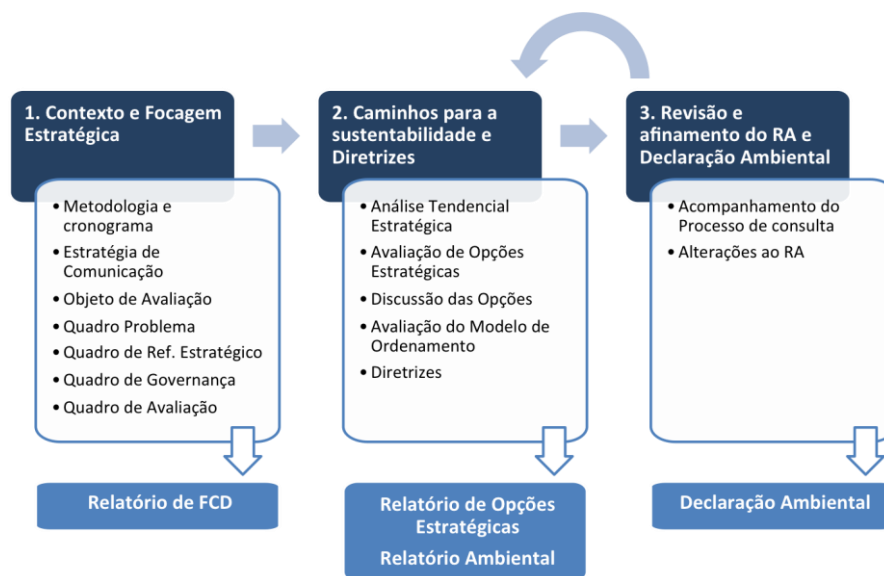
**Figura 1 - Desenvolvimento da AAE e a ligação com o processo de revisão do PDM**

O objetivo da AAE é avaliar de que forma as estratégias do PDM de Sintra respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos no território do Plano e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro. Importa, neste contexto, assegurar que o PDM de Sintra estabeleça uma visão de futuro que seja clara e sirva de referencial à avaliação.

Para assegurar estes objetivos, a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas atividades fundamentais descritas na secção seguinte, que se irão articular com o processo de planeamento.

Os documentos a preparar no âmbito da AAE incluem (Figura 2):

- a. **Relatório de Fatores Críticos** para a Decisão, que corresponde ao presente documento e que reporta sobre o âmbito e alcance da AA;
- b. **Relatório Ambiental** onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e do modelo territorial, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do Plano;
- c. **Declaração Ambiental** para apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente no seguimento da aprovação do Plano.



**Figura 2 - Atividades de AAE e entregáveis em cada uma das fases**

## 2.1 Abordagem Específica

Relativamente à abordagem metodológica seguida para a avaliação deste Plano foram seguidos os seguintes pontos:

1. **Metodologia e articulação processual.** Corresponde ao estabelecimento de uma metodologia processual para as atividades de AAE de forma coordenada com o desenvolvimento da revisão do PDM e mapeamento dos trabalhos num cronograma que esclareça os momentos de interação. Documento aprovado pela CMS em Novembro de 2014.
2. **Estratégia de comunicação.** Corresponde à definição de uma estratégia de comunicação que garanta o envolvimento de diferentes atores com relevância para a revisão do PDM.
3. **Focalização.** Corresponde à identificação e estabelecimento dos FCD relevantes para a AAE da revisão do PDM de Sintra, respetivos critérios de avaliação e indicadores, com base numa visão estratégica para o município, a estabelecer pelos agentes relevantes do município, e num diagnóstico estratégico e principais linhas de força, fundamentado preferencialmente no envolvimento de agentes e estudos municipais. O quadro de avaliação estratégica resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

- Quadro de Referência Estratégico, que estabelece o referencial de avaliação em função do enquadramento com outros planos e programas relevantes e com as macro-políticas europeias, nacionais e regionais que enquadram o desenvolvimento do município, e que representam não apenas compromissos a cumprir a nível municipal mas também linhas orientadoras de futuro relevantes para a sustentabilidade do município;
- Questões Estratégicas do PDM de Sintra, que configuram a conjuntura estratégica, objectivos e linhas de força que orientam a revisão do Plano e que resultam de decisões emanadas pelo Executivo Municipal, dos seus órgãos consultivos ou resultantes de consultas a agentes com interesse municipal;
- Questões Ambientais e de Sustentabilidade, nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio, traduzidas para a escala e âmbito do PDM de Sintra e relevantes para as características municipais.

Estes FCD deverão ser objeto de consulta institucional uma vez que, de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio, compete à entidade responsável pelo plano "*determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental*" e, de acordo com o nº 3 do citado artigo, "*a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental*". Apesar de a legislação só exigir a consulta de ERAE, recomenda-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral, propostas no Anexo I.

Numa primeira fase são também definidos:

- **Quadro problema** que identifica as principais limitações bem como as potencialidades que se colocam a um desenvolvimento sustentável do município de Sintra, designadamente os principais valores e condicionantes bem como os fatores de mudança que determinam a evolução do município;
- **Quadro de governança**, onde são definidos os principais atores, os níveis de responsabilidades e competências (formais e informais) relevantes para a AAE, e designadamente quais podem ser os vazios e sobreposições de competências.

4. **Análise de tendências.** Corresponde a um diagnóstico estratégico focado no âmbito da AA e fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDM de Sintra.

Esta análise de tendências é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. Os estudos de caracterização e diagnóstico desenvolvidos pela equipa do PDM de Sintra são cruciais para a análise de tendências na AAE.

5. **Avaliação estratégica.** Resulta da análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD.

Esta atividade desenvolve-se em dois níveis de avaliação:

1. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos de opções estratégicas de desenvolvimento municipal face ao futuro desejado e ambicionado, atendendo ao quadro de avaliação;
2. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos do modelo territorial proposto para o PDM de Sintra, atendendo ao quadro de avaliação e à avaliação de opções estratégicas.

6. **Definição de Diretrizes para planeamento, gestão e monitorização.** Estas constituem as bases para um programa de seguimento do PDM de Sintra, incluindo um quadro de governança institucional indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do plano.

Elaborar o **Relatório Ambiental** (RA) que deverá acompanhar a apresentação da proposta formal do PDM de Sintra, nos termos da legislação em vigor. Este relatório deve ser sujeito a consulta pública.

Elaborar a **Declaração Ambiental** (DA), documento final que encerra formalmente o processo legal, após a aprovação do PDM de Sintra pela Assembleia Municipal, e entregar dos respetivos documentos, juntamente com a proposta final do PDM de Sintra, à APA.

### 2.1.1 Participação Pública e Envolvimento de Agentes na focalização da AAE

Para garantir que a AAE integra várias perspetivas sobre as problemáticas e potencialidades colocadas ao desenvolvimento do concelho, e também para captar as várias perspetivas relevantes para o estabelecimento do modelo territorial, é importante que a fase de focagem estratégica (identificação dos FCD) seja suportada por uma discussão ativa com os agentes relevantes e também por contributos dos munícipes. Para tal foram realizadas duas atividades de envolvimento de agentes e participação pública:

- **Workshop de Focalização** – discussão do quadro problema, através das problemáticas e potencialidades até então identificadas com um grupo restrito de agentes relevantes. Neste workshop procedeu-se à discussão e priorização da informação até então recolhida tendo-se identificado uma primeira versão de temas críticos. Realizou-se no dia 19 de Novembro de 2014.
- **Inquérito aos munícipes** – Inquérito simples mas alargado com o objetivo de priorizar problemáticas e potencialidades do concelho previamente identificados e também captar outros temas que possam não ter sido inicialmente considerados. Desta forma foi possível identificar um número alargado de temas estruturais para a focagem da avaliação e também para o

desenvolvimento do modelo territorial do PDM. Este canal foi também ser utilizado para recolher contributos para o processo de planeamento como seja a visão para o concelho e outras sugestões. Realizou-se durante o mês de Dezembro de 2014;

As metodologias utilizadas e os resultados destas duas atividades encontram-se sumarizados no Anexo IV.

## 2.2 Objeto de Avaliação

A estratégia do PDM de Sintra, consubstanciada nas opções estratégicas que permitem atingir os objetivos estratégicos do PDM, e que se materializa no modelo territorial do Plano, constitui o objeto de avaliação da AAE. Como referido no ponto anterior, a AAE irá compreender dois níveis de avaliação:

1. Numa primeira fase as orientações estratégicas do Plano e respetivas opções definidas de forma a cumprir os objetivos;
2. Numa segunda fase a materialização das orientações estratégicas do modelo territorial em medidas concretas do Plano, expressas na estrutura territorial e no regime de uso do solo.

## 3 Quadro Problema

Para melhor compreender os desafios colocados ao PDM de Sintra, produziu-se uma síntese das problemáticas e Potencialidades estratégicas identificadas no Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra, nos capítulos de Diagnóstico do Plano estratégico Sintra 2015 e também com base no Inquérito realizado à população e nos resultados do Workshop de Focalização realizado em Novembro de 2015. No Quadro 1 apresentam-se as potencialidades e problemáticas identificadas.

**Quadro 1: Quadro Problema<sup>2</sup>**

Problemáticas	Potencialidades
<b>Valores Naturais e Patrimoniais</b>	
Deterioração e esgotamento dos recursos geológicos	Recursos geológicos exclusivos (Pedra Lioz)
Efeitos das alterações climáticas na orla costeira	Orla Costeira multifacetada
Degradação da paisagem e pressão urbana	Património natural reconhecido nacional e internacionalmente (UNESCO)

<sup>2</sup> CMS (2014) Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra. Gabinete do Plano Diretor Municipal, Outubro 2014

Gabinete de Análise Económica da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa  
Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015

Resultados da participação pública realizada no âmbito da AAE

Problemáticas	Potencialidades
sobre áreas naturais	Elevado valor ecológico integrado em sistemas transfronteiriços (PNSC, Orla Costeira)
Recursos naturais pouco explorados economicamente	Centro histórico e património edificado com elevado interesse
Pouca divulgação do património fora da Vila	
<b>Sistema Urbano</b>	
Dispersão urbana, descaracterização do edificado, construções clandestinas e AUGI sem reconversão concluída	Fundos e mecanismos nacionais e europeus de apoio à reabilitação e regeneração urbana
Excesso de fogos vagos e carência de habitação social	Corredor urbano bem servido de transportes
Monofuncionalidade do meio urbano	Aposta nacional e local na mobilidade sustentável
Dependência da pendularidade e predominância do transporte individual	Quadro de Ação Regional 2020 prevê investimento no setor das águas e saneamento
Défice de cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais	Base aérea de Sintra com potencial para voos <i>charter</i>
Vulnerabilidade do abastecimento de água	
<b>Capital Humano e Identidade</b>	
Envelhecimento populacional	2º concelho mais populoso do país
Desemprego e predominância de ativos com pouca qualificação	Multiculturalidade e riqueza étnica
Formação profissional pouco variada	Aumento do nível de instrução
Desestruturação das redes de solidariedade	Aumento da atratividade residencial face a Mafra e Cascais (estudantes e trabalhadores)
Carências na saúde, educação (eixo Queluz-Sintra), apoio à infância e terceira idade	Portugal2020 enfatiza valorização dos recursos humanos
Falta de identificação da população urbana com o concelho e estigmatização da cultura salaia	Adaptação de equipamentos para novos modelos e resposta social
Exclusão social e insegurança no corredor urbano	Imagem identitária própria
	Taxa de atividade superior à AML e nacional
<b>Dinâmica Económica</b>	
Falta de competitividade e inovação nas empresas	Potencial e tradição agrícola e agroflorestal
Desvalorização da pedra enquanto recurso económico a nível global	Tradição de exploração e transformação da Pedra
Espaços industriais obsoletos	Programa de Desenvolvimento Rural 2020 com apoios à agricultura
Tendência de abandono agrícola	Diversidade e riqueza de recursos turísticos e aumento da procura por produtos locais
Desarticulação empresas-universidades	
Baixa estada média do turista	
<b>Governança</b>	
Conflitos gerados pela descoordenação das várias entidades atuantes no concelho	Rede de Gabinetes de Apoio ao Município
	Melhoria do atendimento nos serviços

Problemáticas	Potencialidades
População afastada da administração local	camarários
Estrutura organizacional camarária não reflete complexidade do concelho	Potencial de descentralização de competências para Freguesias
Deficiente comunicação interdepartamental na CMS	
Perceção de fraca qualidade dos serviços camarários por parte do munícipe	
Falta de política organizada de captação e apoio ao investimento	
Ineficiência das Empresas Municipais	

## 4 Fatores Críticos para a Decisão

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada de elementos de base estratégica que incluem as Questões Estratégicas (QE) para Sintra, as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes e o Quadro de Referência Estratégico (QRE).

A identificação dos FCD baseou-se também nos resultados de um Workshop de Focalização realizado no dia 19 de Novembro de 2014 e nos resultados do inquérito à população realizado no mês de Dezembro de 2014. Como já referido, os resultados da participação pública estão detalhados no Anexo IV.

O Quadro 2 apresenta os FCD identificados e as respetivas descrições sumárias.

**Quadro 2: Fatores Críticos para a Decisão e objetivos correspondentes.**

FCD	Objetivo / Descrição de âmbito
<b>Governança</b>	Criação de condições para uma gestão camarária eficiente e eficaz atendendo ao modelo de governança do município, ao envolvimento ativo da comunidade e à harmonização institucional entre agentes e entre instrumentos de política pública.
<b>Diversidade do território</b>	Valorização integrada dos vários territórios de Sintra em relação ao equilíbrio de ocupação, qualidade do ambiente e segurança, alterações climáticas e riscos naturais, vocação territorial e multifuncionalidade.
<b>Cadeia de valor</b>	Geração de riqueza através da criação de cadeias de valor diferenciadoras, afirmando a valorização económica dos recursos endógenos (naturais e culturais) através da internacionalização, inovação, investigação e desenvolvimento, e a valorização do capital humano.
<b>Identities</b>	Reforço da identidade municipal, criando um sentido de lugar para que a população se identifique com o concelho, aumentando a atratividade de Sintra para residir, para trabalhar e estudar, e para lazer.

Para cada FCD foi definido um conjunto critérios de avaliação e indicadores, tal como descrito no subcapítulo 4.4. Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica. Apresenta-se neste relatório como uma proposta de âmbito e alcance da AAE da revisão do PDM de Sintra, podendo estes vir a ser revistos no decorrer da AAE, se assim se justificar, em função das consultas a realizar, das circunstâncias de planeamento e da informação disponível.



## 4.1 Questões Estratégicas (QE)

As QE resultam diretamente das orientações estratégicas estabelecidas no decorrer da elaboração do PDM e constituem as principais linhas de força para o desenvolvimento futuro do concelho de Sintra<sup>3</sup>:

- Preservação e valorização do Património e da Identidade;
- Valorização dos recursos existentes e dos ecossistemas;
- Otimização e qualificação do solo urbano, e das suas redes, como suporte à qualidade de vida;
- Apoio a uma economia dinâmica, inovadora e competitiva;

## 4.2 Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS)

OS FCD identificados asseguram o tratamento das QAS exigidas no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio, conforme representado no Quadro 3.

**Quadro 3: Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes, por FCD.**

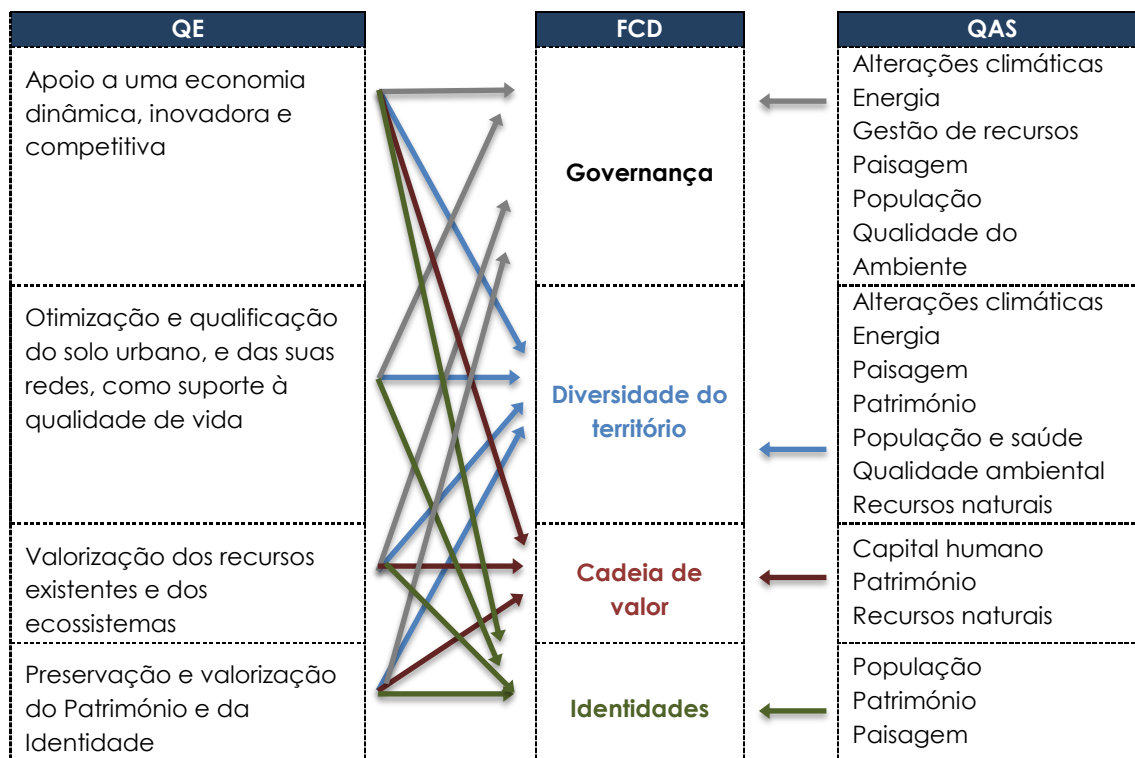
FCD	QAS relevantes para o PDM de Sintra	QA definidas legalmente
<b>Governança</b>	Alterações climáticas Energia Gestão de recursos Paisagem População Qualidade do Ambiente	Água Bens materiais Fauna Flora Paisagem População Solo
<b>Diversidade do território</b>	Alterações climáticas Energia Paisagem Património População e saúde Qualidade do Ambiente Recursos naturais	Água Atmosfera Bens materiais Biodiversidade Fatores climáticos Fauna Flora Paisagem Património cultural População Saúde humana Solo
<b>Cadeia de valor</b>	Capital humano Património Recursos naturais	Água Bens materiais Biodiversidade

<sup>3</sup> CMS (2014) Modelo de Desenvolvimento Territorial. Gabinete do Plano Diretor Municipal, fevereiro 2015

FCD	QAS relevantes para o PDM de Sintra	QA definidas legalmente
		Fauna Flora População Solo
<b>Identidades</b>	População Património Paisagem	Bens materiais Património cultural População Paisagem

Uma vez que as QE identificadas são coerentes com objetivos ambientais e de sustentabilidade, pretende-se que a AAE avalie de que modo o PDM poderá assegurar que são concretizadas de modo sustentável (Quadro 4).

**Quadro 4: QE, FCD e relação com QAS**



### 4.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Sintra e para o qual estabelecem objetivos e metas de sustentabilidade.

O Quadro 5 apresenta a lista de instrumentos de política e planeamento identificados, e a sua relação de relevância com os FCD preconizados.

O Quadro 9 (Anexo II) identifica os objetivos e metas aplicáveis ao PDM de Sintra, por FCD, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Os objetivos e metas aqui identificados constituem, assim, os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM de Sintra irá ser avaliado estrategicamente.

**Quadro 5: Relevância do QRE por FCD.**

FCD	Documentos estratégicos relevantes																							
	Portugal 2020 (2014)  Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS)  Plano de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR2020, 2014)  Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020 (EFICE2020, 2014)  Plano Estratégico Nacional de Turismo 2013-2015 (PENT, 2012)  Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014 – 2020 (PEI3+, 2014)  Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos 2020 (PERSU2020, 2014)  Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2020 (PENSAAR, 2014)  Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020 (PNUEA, 2012)  Estratégia Regional de Lisboa 2020 (Lisboa2020, 2011)  Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015  Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB, 2009)  Estratégia Nacional para as Florestas (ENF, 2006) ; Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF-AML, 2006) ; Plano Municipal de Defesa da Floresta (PMDF)  Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC, 2009)  Plano das Bacias Hidrográficas das Ribeiras do Oeste e do Tejo (PBH-RO-T, 2012)  Plano Municipal do Ambiente (PMA)  Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT, 2007)  Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML, 2002)  Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais (POPNSC)  Plano Estratégico de Sintra face às Alterações Climáticas (PECSAC, 2009)  Plano Energético de Sintra (PES, 2004)  Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010 (ENPSIS, 2008)  Plano Estratégico da Habitação 2008-2013 (PEH, 2008)  Carta Educativa de Sintra (CES, 2007)																							
Governança	X	X		X					X	X	X	X	X	X	X			X			X		X	
Diversidade do território	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	
Cadeia de valor	X	X	X	X	X	X				X	X		X	X			X	X			X	X		
Identities	X	X		X	X					X	X					X	X		X	X		X	X	X

#### 4.4 Critérios de avaliação e Indicadores

Seguidamente apresentam-se os FCD, e os respetivos critérios e indicadores que são considerados na AAE e que estabelecem o âmbito da avaliação, o alcance do RA e o nível de pormenor da informação a considerar.

O Quadro 6 apresenta uma breve descrição dos critérios que são utilizados e respetivos indicadores por FCD.

De notar que os FCD não pretendem descrever exaustivamente a situação existente mas sobretudo apontar para aspetos críticos, de destaque, relacionados com as políticas e estratégias de desenvolvimento do PDM de Sintra, que sejam relevantes para a AAE. Desta forma, os indicadores são utilizados para uma análise tendencial que permita não só compreender a evolução dos temas críticos mas também as forças motrizes que moldam essa evolução e que, por isso, devem ser os pontos críticos de atuação.

**Quadro 6: Objetivos, critérios de avaliação e indicadores por FCD.**

GOVERNANÇA	
<b>Foco:</b> Criação de condições para uma gestão camarária eficiente e eficaz atendendo ao modelo de governança do município, ao envolvimento ativo da comunidade e à harmonização institucional entre agentes e entre instrumentos de política pública.	
Critérios	Indicadores
<b>Modelo de governança municipal</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Gestão estratégica</li><li>Coordenação departamentos municipais</li><li>Relações intra e extra-concelhias com o setor público e privado</li><li>Articulação entre instrumentos</li></ul>	Adequação da estrutura organizacional à estratégia de desenvolvimento Comunicação e coordenação entre unidades organizacionais Mecanismos e iniciativas de articulação público-privada Nível de territorialização e transversalização das políticas públicas
<b>Proximidade cidadã</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Relação CMS e comunidade</li></ul>	Índice de transparência municipal Cobertura e eficácia dos serviços de proximidade ao munícipe (GAM, JF, Serviços Públicos Municipais descentralizados) Iniciativas de envolvimento dos munícipes

**DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO**

**Foco:** Valorização integrada dos vários territórios de Sintra em relação ao equilíbrio de ocupação, qualidade ambiental e segurança, alterações climáticas e riscos naturais, vocação territorial e multifuncionalidade.

<b>Critérios</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Sintra Urbana</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Habitação</li> <li>Saneamento</li> <li>Mobilidade</li> <li>Segurança</li> </ul>	Carências habitacionais vs. fogos vagos Disparidade territorial da cobertura da rede de transportes (Peso do TI vs. duração dos movimentos pendulares) Capacidade e utilização dos serviços de saúde e dos espaços verdes Distribuição da taxa de criminalidade vs. Nº de agentes Eficiência Energética
<b>Sintra Saloia</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Produção agrícola</li> <li>Ocupação tradicional</li> </ul>	Solos com elevada qualidade agrícola vs. SAU Cobertura da rede saneamento e abastecimento água Evolução da paisagem rural Povoamento tradicional e rede urbana
<b>Sintra Natural</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Praia e Serra</li> <li>Infraestruturas verdes e azuis</li> <li>Recursos naturais</li> </ul>	Vulnerabilidade a riscos naturais Iniciativas municipais de adaptação às alterações climáticas Salvaguarda dos contínuos naturais e promoção da valorização multifuncional dos recursos

**CADEIA DE VALOR**

**Foco:** Geração de riqueza através da criação de cadeias de valor diferenciadoras, afirmando a valorização económica dos recursos endógenos (naturais e culturais) através da internacionalização, inovação, investigação e desenvolvimento, e a valorização do capital humano.

<b>Critérios</b>	<b>Indicadores</b>
<b>Mobilização dos agentes económicos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Iniciativas, incentivos e apoios</li> </ul>	Volume de negócios por empresa e dispersão do tecido económico Investimento em I&D Capital humano e atração do emprego Iniciativas para o empreendedorismo e internacionalização
<b>Produtos</b>	Fatores de competitividade das atividades

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedra</li> <li>• Agricultura</li> <li>• Turismo</li> </ul>	associadas (valor e diferenciação dos produtos, inovação, fatores produtivos) Articulação entre agentes económicos Volume de exportação nacional e internacional
---	--

#### IDENTIDADES

**Foco:** Reforço da identidade municipal, criando um sentido de lugar para que a população se identifique com o concelho, aumentando a atratividade de Sintra para residir, para trabalhar e estudar, e para lazer.

Critérios	Indicadores
<b>Investimento nos fatores identitários</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sintra histórica</li> <li>• Paisagem</li> <li>• Produtos e atividades</li> <li>• Tradições e cultura</li> </ul>	Fatores de valorização da paisagem Investimentos na herança municipal Valorização de produtos e culturas tradicionais Atividades culturais, desportivas, de lazer em meio urbano
<b>Rede Social e cidadania</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade e inclusão social</li> <li>• Associativismo</li> <li>• Iniciativas da sociedade</li> </ul>	Dinâmicas etária e étnica Atratividade migratória Ações para a inclusão social Promoção do Empreendedorismo Social, do Associativismo e do Voluntariado

## 5 Quadro de Governança

O quadro institucional para a governança é uma dimensão relevante da AAE. Prende-se com níveis de responsabilidade dos agentes principais, relações de poder e oportunidade e capacidade de envolvimento dos agentes.

Para identificar a capacidade institucional no processo de revisão do PDM de Sintra foi necessário identificar os agentes relevantes bem como as responsabilidades e competências legalmente definidas (Anexo II - Quadro 8). Este exercício permite identificar o quadro institucional existente no concelho de Sintra para o desenvolvimento do município e lacunas, ou sobreposição, de responsabilidades existentes.

Foram identificados os seguintes grupos de interesse:

- Autoridades locais;
- Administração pública (local e central);
- Municípios limítrofes;
- Serviços públicos e privados;

- Agentes económicos;
- Associações;
- Meios de comunicação;
- Outros agentes de interesse.

Cada grupo de interesse tem atualmente responsabilidades específicas em relação ao processo de planeamento. No Quadro 7 estão representados os possíveis interesses dos agentes relevantes em relação às linhas estratégicas do PDM derivados das suas responsabilidades na concretização da estratégia de desenvolvimento para o concelho.

**Quadro 7: Interesses no processo de revisão do PDM de Sintra**

	Valores naturais e Património	Cidadania e Governança	Agricultura e ruralidade	Sistema urbano	Economia e competitividade
<b>Grupos de Interesse</b>	<b>Áreas de competência e responsabilidade</b>				
Autoridades locais	X	X	X	X	X
Administração pública (nacional e central)	X	X	X		X
Municípios limítrofes	X	X			X
Serviços públicos e privados		X		X	
Agentes económicos	X		X		X
Associações	X	X	X		X
Meios de comunicação		X			X
Outros agentes de interesse	X	X	X	X	X

A AAE irá considerar este quadro de governança na avaliação, designadamente analisando se existem capacidades instaladas para uma eficaz implementação das políticas e medidas propostas pelo PDM e para a definição de uma rede de relações diretas e/ou indiretas para a concretização eficaz e eficiente dessas políticas e medidas. É esperado o envolvimento destes agentes no processo de preparação e discussão do PDM de Sintra, e será considerado o seu efetivo envolvimento.



## 6 Fontes de informação

O levantamento dos dados referentes ao tratamento dos critérios e indicadores está fortemente dependente da disponibilidade de informação constante dos estudos de elaboração do PDM de Sintra, bem como de outros estudos complementares, e dos centros de informação especializada (e.g. INE).

Os indicadores podem vir a ser ajustados posteriormente em função da evolução da conceção do plano, da informação existente e das necessidades e resultados intercalares do processo de avaliação subsequente. De notar contudo que muitos indicadores poderão permanecer relevantes para efeito de monitorização do PDM de Sintra, mesmo na ausência de dados utilizáveis neste momento.

Para dados de carácter intrinsecamente local, para os quais não existe outro tipo de fonte, será solicitado à equipa de planeamento a informação respetiva.

## **ANEXO I – Lista de entidades relevantes para consulta**

**Entidades relevantes definidas pelo Decreto-Lei nº /2007 de 15 de Junho alterado pelo Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio**

**[Consulta prevista no Artigo 7º do DL 232/2007]**

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (que integra as atribuições do Instituto da Água, I.P., e da Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.)

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, I.P.

Municípios de Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Odivelas e Oeiras

**Outras entidades recomendadas (incluindo as entidades da Comissão de acompanhamento da revisão do PDM de Sintra<sup>4</sup>)**

ADP - Associação da defesa do património de Sintra

Agência para a Modernização Administrativa, I.P.

Área Regional de Turismo de Lisboa

Autoridade Florestal Nacional

Autoridade Nacional de Proteção Civil

DGAIED - Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa

Direção Geral de Energia e Geologia

Direção Geral do Património Cultural

Direção Geral do Território

Direção Geral dos Serviços Prisionais

Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo

Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo

Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Guarda Nacional Republicana

Instituto da Gestão Financeira e das Infraestruturas da Justiça, I.P.

---

<sup>4</sup> Definidas em Diário da República pelo Aviso n.º 2840/2013, de 27 de fevereiro.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P.

Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P.

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Instituto Nacional de Aviação Civil, I. P

Junta Metropolitana de Lisboa

Operadores de Transportes

Organizações Não-Governamentais de Ambiente (Olho Vivo, Quercus, LPN e Geota)

Parques de Sintra, Monte da Lua

Rede Ferroviária Nacional, REFER, E.P.E.

REN, S.A.

Turismo de Portugal, I.P.

Valorsul — Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.

## ANEXO II – Quadro de Governança: Responsabilidades e competências

**Quadro 8: Agentes relevantes e responsabilidades para o processo de planeamento**

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
<b>Autoridades Locais</b>	CMS <sup>5</sup>	<p>Elaborar os planos necessários à realização das atribuições municipais.</p> <p>Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições do município.</p> <p>Fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados.</p> <p>Elaborar projetos de regulamentos externos do município.</p> <p>Discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução.</p> <p>Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos do cidadão.</p> <p>Deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objetivo o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas.</p> <p>Assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a igualdade.</p> <p>Colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central.</p> <p>Assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município.</p> <p>Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.</p>

<sup>5</sup> Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		<p>Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com IPSS's.</p> <p>Exercer o controlo prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação ou demolição de edifícios.</p> <p>Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal.</p> <p>Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.</p> <p>Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central.</p> <p>Administrar o domínio público municipal.</p> <p>Deliberar sobre a administração dos recursos hídricos que integram o domínio público do município.</p>
	<p>Juntas de Freguesia<sup>5</sup></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• U.F. (U.F.) de Aqualva e Mira Sintra</li> <li>• Junta de Freguesia de Algueirão – Mem Martins</li> <li>• U.F. de Almagem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro</li> <li>• U.F. de Cacém e São Marcos</li> <li>• Junta de Freguesia de Casal de Cambra</li> <li>• Junta de Freguesia de Colares</li> <li>• U.F. de Massamá e Monte Abraão</li> <li>• U.F. de Queluz e Belas</li> <li>• Junta de Freguesia de Rio de Mouro</li> <li>• U.F. de São João das Lampas e Terrugem</li> </ul>	<p>Aprovar operações urbanísticas em imóveis integrados no domínio patrimonial privado da freguesia.</p> <p>Discutir e aprovar com a CMS contratos de delegação de competências e acordos de execução.</p> <p>Discutir e preparar com as organizações de moradores protocolos de delegação de tarefas administrativas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade.</p> <p>Discutir e preparar com instituições públicas, particulares e cooperativas que desenvolvam a sua atividade na circunscrição territorial da freguesia protocolos de colaboração, designadamente quando os respetivos equipamentos sejam propriedade da freguesia e se salvguarde a sua utilização pela comunidade local.</p> <p>Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para a freguesia, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.</p> <p>Participar no processo de elaboração e colaborar na discussão pública, nos termos acordados com a CMS, dos PMOT.</p> <p>Facultar a consulta pelos interessados dos PMOT.</p>

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
	<ul style="list-style-type: none"> <li>U.F. de Sintra</li> </ul>	<p>Promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto.</p> <p>Participar, em colaboração com IPSS's, em programas e iniciativas de ação social.</p> <p>Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia.</p> <p>Prestar a outras entidades públicas toda a colaboração que lhe for solicitada.</p> <p>Colaborar com a autoridade municipal de proteção civil na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.</p> <p>Gerir e manter equipamentos desportivos de âmbito local.</p> <p>Administrar e conservar o património da freguesia.</p> <p>Cumprimento dos dispostos legais presentes nos protocolos de Delegação de Competências para a Gestão e Conservação do Espaço Público entre CMS e demais Freguesias.</p>
<b>Administração Pública (Nacional e Central)</b>	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. <sup>6</sup>	<p>Propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente, nomeadamente no âmbito da AIA e da AA de planos e programas.</p> <p>Promover e garantir a participação pública, a cidadania ambiental e o acesso à informação nos processos de decisão em matéria de ambiente.</p> <p>Promover a educação, formação e sensibilização para o ambiente e desenvolvimento sustentável, nomeadamente através do desenvolvimento de sistemas de informação, mecanismos de divulgação ajustados aos diferentes públicos e ações de formação.</p> <p>Promover o acompanhamento e apoio às ONG's de ambiente.</p> <p>Propor e acompanhar, em articulação com o ICNF as políticas de conservação da natureza e da biodiversidade, garantindo o cumprimento dos objectivos decorrentes dos regimes relativos a estas políticas.</p> <p>Assegurar a protecção, o planeamento e o ordenamento dos recursos hídricos.</p>

<sup>6</sup> Decreto-Lei n.º 56/2012, de 12 de março.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		<p>Promover o uso eficiente da água e o ordenamento dos usos das águas.</p> <p>Estabelecer e implementar programas de monitorização dos recursos hídricos.</p> <p>Promover a elaboração e a execução da estratégia de gestão integrada da zona costeira e assegurar a sua aplicação ao nível regional, assegurando a protecção e a valorização das zonas costeiras.</p> <p>Promover uma política de gestão da qualidade do ar, visando a protecção da saúde pública e a qualidade de vida das populações.</p> <p>Assegurar o exercício de competências próprias de licenciamento, da emissão de normas técnicas aplicáveis às operações de gestão de resíduos.</p> <p>Garantir a adopção das medidas necessárias à protecção da saúde humana e do ambiente, elaborar e adoptar quadros de referência para a gestão de riscos, designadamente assegurando a consideração dos riscos tecnológicos nos instrumentos de planeamento territorial.</p>
	Instituto Da conservação da Natureza e Florestas, I.P. <sup>7</sup>	<p>Articular as políticas de conservação da natureza, biodiversidade e florestas com os diversos instrumentos de OT e cooperar com outros serviços e organismos na concretização de quaisquer políticas ou programas nestes domínios.</p> <p>Apoiar a formulação da política de conservação da natureza e biodiversidade e garantir o cumprimento dos objetivos decorrentes dos seus regimes, em articulação com a APA.</p> <p>Contribuir para a definição dos instrumentos de financiamento do investimento nos domínios da conservação da natureza e da floresta e proceder ao acompanhamento da sua concretização.</p> <p>Assegurar a elaboração, aprovação, execução e monitorização dos planos de gestão florestal e de outros instrumentos de planeamento e proceder à regulação e licenciamento da ocupação florestal dos solos.</p> <p>Fomentar o potencial produtivo dos povoamentos florestais e a certificação da sua gestão.</p> <p>Promover a articulação e a integração dos objetivos de conservação e de utilização sustentável dos recursos naturais na política de ordenamento do</p>

<sup>7</sup> Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		<p>território e nas diferentes políticas setoriais, visando a valorização económica e social do património natural como fator estruturante de diferentes setores da atividade económica.</p> <p>Promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais.</p>
	Autoridade Nacional de Proteção Civil <sup>8</sup>	<p>Assegurar e apoiar a atividade de planeamento de emergência de proteção civil para fazer face, em particular, a situações de acidente grave, catástrofe, crise ou guerra.</p> <p>Promover o levantamento, previsão, análise e avaliação dos riscos coletivos de origem natural ou tecnológica e o estudo, normalização e aplicação de técnicas adequadas de prevenção e socorro.</p> <p>Proceder à regulamentação e assegurar a implementação do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.</p>
	Direção-Geral do Território <sup>9</sup>	<p>Intervir nos procedimentos de AA e na elaboração, acompanhamento, execução e compatibilização dos IGT's.</p> <p>Dinamizar, acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as práticas de gestão territorial no âmbito local, promovendo a concertação dos procedimentos e dos critérios técnicos aplicáveis e a divulgação de boas práticas.</p> <p>Assegurar, em colaboração com as demais entidades competentes, a articulação da política de OT e de urbanismo com as políticas setoriais.</p>
	Direção Geral do Património Cultural <sup>10</sup>	<p>Elaborar, em articulação com as respetivas direções regionais de cultura, planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções de conservação, recuperação, restauro e valorização, em imóveis classificados ou em vias de classificação do Estado, bem como proceder à respetiva fiscalização ou acompanhamento técnico.</p> <p>Assegurar a gestão e valorização do património</p>

<sup>8</sup> Decreto-Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 163/2014, de 31 de outubro.

<sup>9</sup> Decreto Regulamentar n.º 30/2012, de 13 de março.

<sup>10</sup> Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio.



Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		<p>cultural arquitetónico e arqueológico que lhe esteja afeto e promover, executar e fiscalizar as obras ou intervenções necessárias a esse fim.</p> <p>Participar, nos termos da lei, nos procedimentos de AIA e na elaboração dos IGT's.</p> <p>Fomentar e acompanhar a execução de atividades de cooperação com outras instituições públicas ou da sociedade civil.</p> <p>Promover a sensibilização e a divulgação de boas práticas para a defesa e valorização do património cultural arquitetónico e arqueológico, nomeadamente através de ações educativas e de formação.</p> <p>Pronunciar-se sobre o impacto de planos ou grandes projetos e obras, tanto públicos como privados, e propor medidas de proteção e as medidas corretivas e de minimização que resultem necessárias para a proteção do património cultural arquitetónico e arqueológico.</p> <p>Celebrar protocolos de colaboração e contratos-programa com autarquias locais e outras entidades tendo em vista a qualificação e gestão de museus.</p>
	<p>Demais entidades da administração pública nacional (Direção Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, Direção Geral de Energia e Geologia, Estradas de Portugal S.A., Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana I.P., Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres I.P., Instituto de Gestão Financeira e de Infraestruturas da Justiça I.P., Instituto Nacional de Aviação Civil I.P., Rede Ferroviária Nacional – REFER E.P.E., Turismo de Portugal I.P., Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança</p>	<p>Assegurar o cumprimento de regras e regulamentos existentes a nível metropolitano e municipal para as suas áreas de atividade</p> <p>Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial.</p> <p>Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes e a concretizar de acordo com as atribuições definidas por Lei para as suas áreas de atividade.</p> <p>Implementar mecanismos procedimentais que assegurem a cooperação vertical dos níveis hierárquicos de decisão.</p>

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
	Pública, etc.)	
	Área Metropolitana de Lisboa <sup>11</sup>	<p>Participar na elaboração dos planos e programas de investimentos públicos com incidência na área metropolitana.</p> <p>Promover o planeamento e a gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido.</p> <p>Participar na definição de redes de serviços e equipamentos de âmbito metropolitano.</p> <p>Assegurar a articulação das atuações entre municípios e os serviços da administração central nas áreas definidas na alínea 2 do artigo 67º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</p> <p>Exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram.</p>
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo <sup>12</sup>	<p>Assegurar a articulação entre instituições da administração direta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas e dinamizar a cooperação inter-regional transfronteiriça, contribuindo para a integração europeia do espaço regional e para o reforço da competitividade, com base em estratégias de desenvolvimento sustentáveis de níveis regional e local.</p> <p>Apoiar tecnicamente autarquias locais e as suas associações.</p> <p>Garantir a elaboração, acompanhamento e avaliação dos IGT's, assegurando a sua articulação com os IGT's de âmbito nacional e regional.</p> <p>Dinamizar e promover, na respetiva região, as necessárias políticas públicas com o objetivo de contribuir para a sua competitividade económica e social e para a sustentabilidade.</p>
	Demais entidades da administração pública regional (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo I.P., Direção Regional de Agricultura e	<p>Assegurar o cumprimento de regras e regulamentos existentes a nível regional e municipal para as suas áreas de atividade</p> <p>Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento territorial.</p> <p>Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes e a concretizar de acordo com as atribuições definidas por Lei para as suas áreas de</p>

<sup>11</sup> Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

<sup>12</sup> Decreto-Lei n.º 228/2012, de 25 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 68/2014, de 8 de outubro.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
	Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo, etc.)	atividade. Implementar mecanismos procedimentais que assegurem a cooperação vertical dos níveis hierárquicos de decisão.
	Conselho Estratégico Ambiental de Sintra <sup>13</sup>	Atuar nas áreas de ambiente, OT e conservação da natureza, promovendo, nesse âmbito, a discussão e a partilha de informação entre MAOTE e o município de Sintra no que concerne ao exercício das matérias que envolvam a eventual intervenção conjunta das partes constituintes. Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território.
<b>Municípios Limítrofes</b>	Amadora, Cascais, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras	Assegurar uma atuação articulada entre municípios e entre municípios e serviços da administração central nas demais áreas de atividade e processos de planeamento.
<b>Serviços Públicos e Privados</b>	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra <sup>14</sup>	Satisfazer as necessidades coletivas da população do concelho. Desenvolver as atribuições nos domínios de: a) Captação, adução, tratamento e distribuição de água para consumo público; b) Construção, ampliação, manutenção e gestão do sistema de abastecimento de água para consumo público; c) Recolha, drenagem, tratamento e destino final das águas residuais urbanas; d) Construção, ampliação, manutenção e gestão do sistema de drenagem de águas residuais urbanas; e) Recolha e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) a destino adequado.
	Agência Municipal de Energia de Sintra <sup>15</sup>	Ajustar necessidades locais e regionais, privilegiando o contacto direto e a animação de projetos energéticos. Elaborar estudos de viabilidade técnica económica. Organizar e difundir informação de interesse para as populações no domínio da sua actividade. Participar na formalização da política de transportes e a regulamentação da construção e remodelação de edifícios na perspectiva do comportamento

<sup>13</sup> <http://www.cm-sintra.pt/servicos/conselho-estrategico-ambiental>
<sup>14</sup> Deliberação n.º 728/2014, de 19 de março.

<sup>15</sup> <http://www.ames.pt/site/pagina.asp?nome=apresentacao>

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		<p>térmico acústico-</p> <p>Promover a gestão e valorização de resíduos, apoiando as medidas eficientes de reciclagem e reutilização.</p> <p>Divulgar informação sobre legislação, regulamentos e normas, aproveitamento de recursos naturais projectos de sucesso já implementados.</p>
	Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra, E.M. <sup>16</sup>	<p>Instalação e gestão, incluindo fiscalização, dos sistemas de estacionamento público urbano pago á superfície no Concelho de Sintra.</p> <p>Promoção da construção e exploração de parques de estacionamento em estruturas em zonas de reconhecido interesse e necessidade públicos e ou a participação naquelas construção e exploração.</p> <p>Comercialização de bens e a prestação de serviços, a elaboração e ou promoção de estudos e projectos de ordenamento de novas áreas de estacionamento e de utilização de novos métodos e tecnologias de exploração de estacionamento tarifado e ainda a realização das respectivas obras de execução.</p> <p>Cumprimento dos dispostos legais presentes no regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento (Decreto-Lei n.º 81/2006, de 20 de Abril) e no regime jurídico do sector empresarial local, (Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro) que integra as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas.</p>
	Parques Sintra, Monte da Lua S.A. <sup>17</sup>	<p>Criar novos polos de interesse turístico através da recuperação, restauro e manutenção do património que gere e, assim, atrair mais visitantes e receitas.</p> <p>Criar uma ampla gama de produtos turísticos relacionados com os seus parques, palácios e monumentos.</p> <p>Oferecer melhores serviços aos visitantes.</p> <p>Informar e comunicar, dando especial atenção à utilização das mais recentes TIC's.</p> <p>Monitorizar a satisfação dos visitantes.</p> <p>Proteger a Paisagem Cultural de Sintra.</p>

<sup>16</sup> [http://www.emes.pt/emes\\_obj.html](http://www.emes.pt/emes_obj.html)
<sup>17</sup> <http://www.parquesdesintra.pt/tudo-sobre-nos/informacao-de-gestao/modelo-de-gestao/> e Decreto Lei n.º 215/2000, de 2 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 205/2012, de 31 de agosto.

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
		Desenvolver políticas de manutenção adequadas.
	Demais entidades de prestação de serviços públicos e privados (sociais, de saúde, emprego, educação, ambiente, resíduos, etc.)	<p>Prestar apoio social, serviços de saúde, formação profissional, educação e voluntariado.</p> <p>Assegurar o cumprimento das regras e regulamentos existentes, a nível municipal, para as suas áreas de atividade.</p> <p>Legitimar o processo de desenvolvimento de projetos existentes.</p>
<b>Agentes Económicos</b>	Conselho Estratégico Empresarial de Sintra <sup>18</sup>	<p>Analisar a situação económica e social do concelho na perspetiva das empresas e trabalhadores, propondo às entidades decisórias as medidas que se mostrem adequadas à resolução das questões identificadas.</p> <p>Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território.</p>
	Demais empresas sediadas no município de Sintra (setor agrícola/animal, comerciantes locais, indústria extrativa e transformadora, cultura/turismo, setor financeiro, setor ambiental, etc.)	<p>Apostar no enriquecimento económico local pela comercialização de produtos endógenos e promoção de identidade concelhia.</p> <p>Fortalecer a confiança de investidores para o desenvolvimento económico local.</p> <p>Desenvolver esforços de marketing direcionados para a promoção de atividades locais.</p> <p>Assegurar o cumprimento das responsabilidades sociais e ambientais.</p> <p>Assegurar o cumprimento do princípio do poluidor-pagador resultante do exercício das atividades desenvolvidas.</p> <p>Assegurar responsabilidade de participação atida nos processos de planeamento e desenvolvimento do território.</p> <p>Cumprimento dos dispostos legais existentes para a sua área de atividade e funcionamento.</p>
<b>Associações</b>	Recreativas e Culturais	Promoção e desenvolvimento de atividades comunitárias na sua área de atividade.
	Desportivas	<p>Assegurar o cumprimento e racionalidade dos apoios (quando existem) concedidos pela CMS e respetivas Freguesias (juventude, desporto, cultura e recreio, apetrechamento, infra-estruturas, religiosidade, aquisição de viaturas, organização de eventos pontuais, ambiental, defesa dos animais e artísticas).</p> <p>Cumprimento dos dispostos legais presentes nos</p>
	Juventude	
	Ambientais	

<sup>18</sup> <http://www.cm-sintra.pt/sobre-o-conselho-estrategico-empresarial-de-sintra>

Grupos de Interesse		Atribuições e Competências
	Comerciais e Industriais	regulamentos de apoio ao associativismo local. Cumprimento dos dispostos legais presentes nos diplomas que estabelecem o regime jurídico do associativismo municipal e autárquico <sup>5</sup> .
	Outras (e.g. políticas, religiosas, minorias)	
<b>Orgãos de Comunicação</b>	Local: Jornais, Rádios, Redes Sociais	Divulgação de informação a todos os agentes existentes.
<b>Outros agentes de interesse</b>	Munícipes	Participar ativamente nos processos de planeamento e desenvolvimento do território. Assegurar o cumprimento das diversas políticas municipais (regras e regulamentos para as suas áreas de atividades).
	Turistas, Banhistas, Desportistas, Organizações sindicais, Inovação e Formação, Outros	

## ANEXO III – Orientações e metas relevantes do QRE

Quadro 9: Quadro de referência estratégica - orientações e metas

GOVERNANÇA	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>(PROXIMIDADE CIDADÃ)</p> <p>Desenvolver o <b>governo electrónico</b>, com vista à disponibilização de serviços públicos de qualidade aos cidadãos e às empresas (ENDS);</p> <p>Realizar <b>parcerias com a sociedade</b> civil (ENDS);</p> <p>Promover a <b>informação e a participação pública</b> (ENGIZC);</p> <p>Aumentar o <b>envolvimento das populações</b> na gestão dos espaços florestais (PMDf) e incentivar a gestão conjunta nas áreas de maior fragmentação da propriedade (PROF-AML); Desenvolver mecanismos de <b>participação das populações</b> em matéria de ordenamento do território (PNPOT);</p> <p>Promover a comunicação, sensibilização e envolvimento das populações, agentes económicos e outros agentes com interesses no sector da água, no <b>processo de planeamento e gestão dos recursos hídricos</b> (PBH-RO-T);</p>	
<p>(MODELO DE GOVERNANÇA MUNICIPAL)</p> <p>Maior <b>integração do tecido empresarial</b> nacional no processo decisório sobre os investimentos em infraestruturas de elevado valor acrescentado (EFICE2020);</p> <p>Promover iniciativas concretas com base em <b>parcerias entre entidades públicas e/ou privadas</b> (PNUEA);</p> <p>Reforçar a <b>organização de base municipal</b> para melhorar a integração das diferentes ações de prevenção e proteção da floresta em coordenação com as entidades competentes (PMDf);</p> <p>Melhoria e <b>facilidade de interação e articulação entre Governo</b>, iniciativa privada (EFICE2020) e cidadãos (Lisboa2020, ENCNB);</p>	

GOVERNANÇA	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Melhorar a <b>capacitação, a eficiência e a integração dos serviços públicos</b>, reduzindo custos de contexto (Portugal2020);</p> <p><b>Simplificar os procedimentos</b> administrativos (ENDS): Combate à burocracia, garantia de celeridade e desmaterialização dos processos administrativos, jurídicos e legais; Redução do desperdício de recursos na administração pública (EFICE2020);</p> <p><b>Agilizar processos</b> de licenciamento que contribuam para objetivos de desenvolvimento municipal (Sintra2015);</p> <p>Tomar os <b>serviços camarários mais eficientes</b> através da qualificação dos recursos humanos, da sustentabilidade financeira, da adoção de uma estrutura organizacional matricial, da extinção ou integração nos serviços camarários de empresas municipais inviáveis financeiramente (Sintra2015);</p> <p>Incentivar e efetivar os <b>mecanismos de gestão da zona costeira</b> e clarificar os procedimentos de licenciamento das principais atividades valorizadoras de recursos específicos aqui exercidas (ENGIZC); Promover uma <b>gestão integrada</b> da zona costeira que contemple <b>processos de planeamento participativos</b>, concertando <b>diferentes interesses</b> (em especial os conflituantes) e articulando os <b>diversos níveis de decisão</b> para a definição de estratégias e programas, elaboração e implementação de planos, incorporando <b>diferentes perspetivas</b> de uso e valorização (PROT-AML);</p> <p>Concretizar a <b>reforma da fiscalidade do imobiliário</b>, no sentido de viabilizar progressivamente as finanças locais com base nas áreas urbanas existentes, sua conservação e reabilitação, e não com base nas expansões urbanas (PROT-AML); Agilizar os <b>mecanismos de controlo da legalidade</b> das condições de ocupação do locado e rotinizar os mecanismos de gestão (PEH)</p> <p>Promover novas formas de governança territorial assentes na <b>cooperação interinstitucional</b>, na concertação de políticas e na capacitação dos atores regionais (PNPOT), nomeadamente nos domínios da educação, formação e certificação profissional (PROT-AML);</p> <p>Desenvolver estruturas de <b>cooperação intermunicipal</b> em matéria de ordenamento do território (PNPOT);</p> <p>Desenvolver atividades de <b>cooperação inter-regional</b>, no sentido de promover a utilização racional de energia, a integração de energias renováveis e a defesa de interesses comuns no domínio da energia (PES);</p>	



GOVERNANÇA	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Assegurar maior <b>coerência, consistência e complementaridade das ações</b> levadas a cabo pelas entidades públicas no âmbito das suas competências respectivas (Lisboa2020) nomeadamente no âmbito recursos hídricos da região hidrográfica (PBH-RO-T);</p> <p>Garantir a <b>articulação entre a política de habitação e as outras políticas</b> nomeadamente as políticas sociais e as políticas de cidade, aumentar os níveis de eficiência e de eficácia na gestão e financiamento da política pública de habitação (PEH);</p>	
DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>(SINTRA URBANA)</p> <p>Basear o modelo territorial numa <b>estrutura polinucleada e na cidade compacta</b> (Lisboa2020);</p> <p><b>Valorizar a diversidade dos territórios</b> (PNPOT);</p> <p>Afirmar <b>novas centralidades especializadas</b> e melhorar a articulação <b>urbano-rural</b> (ENDS);</p> <p>Promover a <b>urbanização programada</b> (PROT-AML);</p> <p>Desenvolver programas integrados de <b>renovação dos espaços industriais abandonados</b>, criando novas centralidades e referências no espaço urbano (PNPOT, 2007)</p> <p>Dotar as <b>zonas periféricas</b> de equipamentos colectivos e emprego, promover a requalificação e reabilitação dos núcleos urbanos e uma construção de elevada qualidade (Sintra2015);</p> <p>Criar <b>corredores verdes</b> nos núcleos urbanos, aproveitando as linhas de água e explorando-os como espaços de lazer e dinamizar o comércio nos centros urbanos (Sintra2015); Destinar as <b>áreas livres, em estado de abandono ou sem uso específico</b> relevante no interior dos aglomerados à satisfação de carências ao nível de equipamentos colectivos e de lazer, de funcionamento de sistemas de circulação e estacionamento e da rede de espaços verdes (PMA);</p> <p>Assumir o papel ativo dos <b>equipamentos desportivos</b> especializados na estruturação do território e na</p>	<p>Nº de passageiros.km transportados nos transportes públicos: +15% até 2020 (PETI3+)</p> <p>Até 2020 (PERSU2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir para 35 % a deposição, em aterro, dos resíduos urbanos biodegradáveis, relativamente a 1995;</li> <li>• Aumentar para 50 % a taxa de preparação de resíduos para reutilização e reciclagem;</li> <li>• Assegurar níveis de recolha seletiva de 47 kg/habitante/ano.</li> </ul> <p>Até 2020 (PENSAAR2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento de 20% da percentagem nacional de massas de água cuja</li> </ul>

DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>diversificação e qualificação da oferta turística (PROT-AML;</p> <p>Evoluir para a <b>eficiência, qualidade e segurança das infraestruturas e equipamentos</b> colectivos (Lisboa2020) e transitar para cuidados sociais e de saúde de proximidade (Portugal2020);</p> <p>Adequar a rede metropolitana de unidades hospitalares, face às dinâmicas territoriais e aos padrões superiores de resposta (PROT-AML). Criar ou deslocar pelo menos duas <b>unidades de ensino superior</b> e deslocalizar pelo menos um <b>Hospital</b> para Sintra (Sintra2015);</p> <p>Inverter o ciclo da marginalidade reforçando a coordenação das várias forças de <b>segurança</b> e ocupando os jovens (Sintra2015) e generalizando programas de segurança solidária que aumentem a segurança (ENDS);</p> <p>Intervir nos espaços problema e nas <b>áreas críticas urbanas. Resolver processos de exclusão e fragmentação social</b> e espacial e controlar os fatores que lhes são subjacentes que atuem ao nível da quantidade e qualidade de espaços públicos, de infraestruturas e de equipamento de apoio às populações locais, de acessibilidades e de diversificação da base económica local (PROT-AML);</p> <p>Conjugar a <b>tradição e modernidade</b> no uso da cidade (Lisboa 2020);</p> <p>Promover o <b>mercado de arrendamento</b> da habitação através da penalização fiscal dos fogos devolutos. (ENDS) Apoiar o <b>acesso ao mercado habitacional</b> da população com dificuldades e reforçar o <b>envolvimento do sector privado</b> na resolução dos problemas da habitação. <b>Melhorar as condições de habitabilidade</b> e conforto de alojamentos em mau estado de conservação com forte representatividade de população imigrante, idosa e doente (PEH);</p> <p>Promover a <b>multimodalidade, interconectividade e a conectividade</b> internacional (Lisboa2020) nomeadamente ligando a Linha ferroviária de Sintra à de Cascais (Sintra2015);</p>	<p>concentração dos elementos físico-químicos gerais de suporte aos elementos biológicos cumprem os critérios de classificação para o bom estado ecológico;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 100% de alojamentos abrangidos por entidades gestoras com avaliação satisfatória nos indicadores de Acessibilidade física do serviço.</li> </ul> <p>Até 2020 (PNUEA) atingir um eficiência do uso da água de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 80% para o setor urbano;</li> <li>• 65% para o setor agrícola;</li> <li>• 85% para o setor industrial.</li> </ul> <p>Assegurar a quantidade de água na origem de forma a garantir o nível de atendimento de 95% às populações (PBH-RO-T, ENDS);</p> <p>Assegurar 80% das necessidades no abastecimento para rega e 95% das necessidades estimadas para o abastecimento dos efetivos pecuários (PBH-RO-T);</p>

DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Promover a migração do <b>transporte individual para o transporte público</b> (PETI3+);</p> <p><b>Reduzir tempos de deslocação</b> da população ativa criando emprego nas zonas urbanas e reestruturando a rede de transportes concelhia; priorizar as ciclovias e a caminhos pedonais nos núcleos urbanos e aumentar o estacionamento (Sintra2015);</p> <p>Desenvolver <b>redes inteligentes</b> que permitam aos consumidores reduzir custos (Portugal2020);</p> <p><b>Prevenir a produção e perigosidade dos resíduos urbanos</b> e reduzir a sua deposição em aterro, aumentar a preparação para reutilização, a reciclagem e a qualidade dos recicláveis, valorizar economicamente os recicláveis e outros materiais (PERSU2020);</p>	
<p>(SINTRA NATURAL)</p> <p>Respeitar as <b>capacidades de carga e de acolhimento</b> (POPNSC);</p> <p><b>Salvaguardar áreas vitais</b> para o funcionamento dos sistemas ecológico e urbano (PROT-AML);</p> <p>Garantir o funcionamento sistémico e sustentável dos <b>sistemas hídricos e das estruturas ecológicas</b>, preservando o <b>potencial ecológico e de biodiversidade</b> (Lisboa2020);</p> <p>Manter <b>corredores dinâmicos</b> entre as várias regiões do concelho, estabelecendo a ligação entre as áreas aprisionadas na malha urbana, o Parque Natural, a faixa costeira e as zonas agrícolas a Este e Oeste (PMA);</p> <p>Concretizar a implementação da <b>rede ecológica metropolitana</b> nos processos de planeamento (PROT-AML);</p> <p>Desenvolver <b>estruturas de gestão ecológica dos recursos naturais</b> e paisagens (Lisboa2020);</p> <p>Manter e melhorar a <b>Estrutura Ecológica Fundamental</b> constituída pela RAN e REN (PECSAC);</p> <p>Identificar de forma clara e inequívoca os recursos e valores naturais da <b>orla costeira com importância estratégica</b> e promover a <b>gestão integrada</b> da zona costeira da AML (PROT-AML). <b>Ordenar o território na orla costeira</b> antecipando a erosão e prevenindo ou mitigando os eventuais impactes das alterações climáticas</p>	<p>Redução da área de povoamentos florestais ardidos para menos de 0.8% da área florestal em 2018 (ENF);</p>

DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>(ENDS). Conter a expansão dos aglomerados (PMA) e melhorar o <b>acesso à zona costeira</b>, criar <b>infraestruturas de suporte</b> nas zonas balneares e dinamizando os desportos aquáticos (Sintra2015);</p> <p>Aprofundar o <b>conhecimento científico</b> sobre os sistemas, os ecossistemas e as paisagens costeiras (ENGIZC);</p> <p>Promover a <b>investigação científica e o conhecimento sobre o património natural</b>, monitorizar e desenvolver ações específicas de conservação e gestão espécies, habitats e ecossistemas (ENCNB); Apostar na <b>monitorização e investigação</b> dos ecossistemas particulares da Serra (PECSAC);</p> <p>Recuperar e preservar o património natural criando uma <b>zona tampão</b> entre o corredor urbano, a Vila e a Serra de Sintra e aproveitar a <b>Serra da Carregueira</b> como centro de lazer (Sintra2015);</p> <p>Promover o <b>bom estado das massas de água</b> através da proteção, melhoria e recuperação da qualidade dos recursos hídricos mediante a prevenção dos processos de degradação e a redução gradual da poluição. Monitorizar o estado quantitativo e qualitativo das massas de água (PBH-RO-T);</p> <p><b>Proteger as frentes ribeirinhas</b> (PNPOT), despouir e <b>valorizar as linhas de água</b> e requalificar as áreas envolventes degradadas, aproveitando o seu potencial para a criação de locais de lazer (Sintra2015);</p> <p>Prevenir e mitigar os efeitos provocados pelas <b>cheias, secas e poluição</b> accidental (PBH-RO-T) nomeadamente através da preservação das funções de retenção e infiltração de águas pluviais das linhas de água bem como da criação de Bacias de Retenção (POPNSC);</p> <p><b>Salvaguardas valorizar o património</b> paisagístico, geológico, geomorfológico e paleontológico (ENCNB);</p> <p>Garantir que as várias intervenções <b>não descaracterizam a Serra</b> (PROTA-AML);</p>	

DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Promover a <b>valorização das Áreas Protegidas</b> e assegurar a sua conservação (património natural, cultural e social) (ENCNB). Conservar e valorizar o património natural dos Sítios e das Zonas de Proteção Especial da <b>Rede Natura 2000</b> (ENCNB);</p> <p>Recuperar e reabilitar os <b>ecossistemas degradados</b> (PROF-AML, PMDF);</p> <p>Monitorizar a <b>vitalidade dos espaços florestais</b> e estabelecer medidas preventivas contra agentes bióticos (PMDF); Aumentar a <b>resiliência do território aos incêndios florestais</b> (ENF);</p> <p>Consolidar e promover o <b>uso múltiplo da floresta</b> (ENF, PROF-AML, PMDF) e promover a reconversão de espécies desajustadas (ENF) e <b>compensar os produtores florestais pelos serviços ambientais</b> prestados pelos espaços florestais (PMDF);</p> <p>Estruturar os espaços de maior aptidão para as <b>indústrias de ócio e lazer</b> (PNPOT) e, em particular, promover o aumento dos <b>espaços florestais dedicados ao recreio e lazer</b> (PROF-AML, PMDF);</p>	
<p>(SINTRA SALOIA)</p> <p>Promover a <b>inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento</b> económico das zonas rurais (PDR2020);</p> <p><b>Aumentar a população residente</b> nas zonas rurais, promovendo um crescimento orgânico das localidades, a <b>consolidação dos núcleos</b> habitacionais históricos a <b>recuperação de vivências</b> e a <b>expansão da rede de saneamento básico</b> (Sintra2015);</p> <p>Aproveitar a <b>ruralidade para fins pedagógicos</b> e terapêuticos (Sintra2015);</p> <p>Qualificar urbanística e paisagisticamente as <b>áreas urbanas tradicionais</b>, associando-lhes um papel central na prestação de bens e serviços. Definir parâmetros e critérios para a edificação no espaço rural, atendendo ao <b>enquadramento paisagístico</b> e à preservação e <b>valorização dos valores ambientais</b> e culturais (PROT-AML);</p>	

DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Conter a edificação dispersa e o parcelamento da propriedade (PROT-AML), recuperar, reconverter e preservar o <b>edificado rural</b> dando também coerência às novas edificações e penalizar ativamente a <b>construção clandestina</b> (Sintra2015);</p> <p><b>Otimizar e gerir de forma eficiente</b> os recursos e infraestruturas existentes no âmbito do ciclo urbano da água, garantir a qualidade do serviço prestado e a sustentabilidade dos sistemas, (Portugal2020, ENDS);</p> <p>Reduzir a poluição urbana nas massas de água e aumentar a acessibilidade física ao <b>serviço de saneamento de águas residuais</b> (PENSAAR2020);</p> <p>Promover o <b>aumento da capacidade de reserva</b> nos sistemas públicos de abastecimento de água considerando a dimensão dos aglomerados e garantir a <b>qualidade da água nas origens superficiais e subterrâneas</b> para os diferentes usos (PBH-RO-T); <b>Eliminar os desperdícios de água</b> e reduzir a níveis aceitáveis as perdas (PNUEA);</p> <p>Considerar as dinâmicas introduzidas pelas novas acessibilidades na <b>paisagem rural</b>, acautelando os valores cénicos e a identidade da paisagem fundamentais para a atividade turística (PROT-AML);</p> <p>Recuperar o <b>património rural</b> (material e imaterial) <b>e arqueológico</b> da Sintra Rural e atrair visitantes valorizando a <b>cultura saloia</b> (Sintra2015). Preservar e valorizar a <b>estrutura agrícola tradicional</b> (PMA);</p> <p>Salvaguardar as áreas com <b>recursos geológicos</b> de usos que ponham em causa a sua exploração, ordenar as áreas em exploração e recuperar as áreas esgotadas (PROT-AML). Minimizar impactes da indústria de extração e transformação da pedra (PMA) e requalificar ambientalmente <b>pedreiras</b> desativadas (Sintra2015);</p>	

DIVERSIDADE DO TERRITÓRIO	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>(ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS e EFICIÊNCIA ENERGÉTICA)</p> <p>Transitar para uma <b>economia com baixas emissões de carbono</b>, promover a <b>adaptação às alterações climáticas</b> e a prevenção e <b>gestão de riscos</b> (Portugal2020);</p> <p>Melhorar a competitividade dos fatores produtivos, entre os quais os <b>custos energéticos</b> (EFICE2020);</p> <p>Promover e apoiar as <b>Energias Renováveis</b>, designadamente energia eólica, energia da biomassa e energia das marés, e o <b>uso eficiente da energia</b> (Sintra2015);</p> <p><b>Utilizar a energia racionalmente</b> nas obras de edificação, urbanização e loteamento (PES);</p>	<p>Até 2020 (Portugal2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Emissões de GEE (face a 2005): +1%;</li> <li>Energias renováveis no consumo de energia final: 31%;</li> <li>Eficiência Energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005): 20%</li> </ul>

CADEIA DE VALOR	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>(MOBILIZAÇÃO E INCENTIVOS)</p> <p>Desenvolver e consolidar as atividades económicas com capacidade de <b>valorização e diferenciação funcional</b> (PROT-AML);</p> <p>Produzir bens e serviços <b>transacionáveis</b> e apoiar a <b>internacionalização</b> da economia (Portugal2020);</p> <p>Promover ativamente da <b>imagem e qualidade da produção nacional</b> no exterior (EFICE2020);</p> <p>Promover um ambiente social favorável ao <b>empreendedorismo</b> (EFICE2020) e reforçar os mecanismos de apoio financeiro à inovação e ao empreendedorismo (ENDS);</p> <p>Reforçar a <b>investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação</b> aumentando o investimento empresarial em atividades inovadoras e reforçando também a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial (Portugal2020);</p> <p>Capitalizar <b>sinergias entre o mundo empresarial e o pólo de conhecimento</b> (Sintra2015; ENDS);</p> <p>Aumentar a <b>produção intelectual com origem no concelho</b>, captando instituições e atraindo artistas (Sintra2015);</p>	<p>Até 2020 (Portugal 2020, EFICE2020):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Investimento em I&amp;D em % do PIB: 2,7% a 3,3% do PIB;</li> <li>Diplomados entre os 30 e os 34 anos que tenham completado o ensino superior ou equivalente: 40%</li> </ul>

CADEIA DE VALOR	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>Reforçar a competitividade das <b>pequenas e médias empresas</b> (Portugal2020) e incentivar a exploração das <b>economias de aglomeração/vizinhança</b> (Sintra2015). Promover as <b>áreas de atividade económica estruturantes</b> (PROT-AML);</p> <p>Promover <b>eficiência e competitividade do sector florestal</b>, a redução de riscos de mercado e o aumento do valor dos produtos (ENF);</p> <p>Promover atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a <b>valorização de recursos específicos da zona costeira</b> (ENGIZC);</p> <p>Potenciar o papel das infraestruturas e serviços de <b>transportes no desenvolvimento do turismo</b> (PETI3+; Sintra2015);</p> <p>Investir na <b>educação, formação profissional e aprendizagem ao longo da vida</b> (Portugal2020, EFICE2020, Sintra2015) e apoiar a integração socioprofissional através de políticas ativas de emprego ou de formação profissional (ENPSIS);</p> <p>Desenvolver o <b>capital humano na vertente agrícola</b> e aproximar os jovens da atividade agrícola (Sintra2015);</p> <hr/> <p>(PRODUTOS)</p> <p>Aumentar a <b>eficiência do sistema produtivo</b> (ENDS);</p> <p><b>Alargar a cadeia de valor</b> (PROT-AML);</p> <p>Afirmar setores industriais modernos, inovadores e com uma forte componente de I&amp;D, designadamente: <b>Aeronáutica</b> (Civil e Militar), Extração <b>geológica e mineira</b> (EFICE2020) entre outros;</p> <p>Dinamizar os “<b>mega-clusters</b>” do <b>Habitat</b> (relacionados com a habitação), da <b>Agro-indústria</b>, da <b>Saúde/Ciências da Vida</b>, do <b>Turismo/Lazer</b> e da <b>Cultura/Indústrias Culturais</b> (Sintra2015);</p> <hr/> <p>Reforçar a <b>competitividade dos sectores agrícola e agroflorestal</b> (Portugal2020), promover uma florestação sustentável (ENDS), valorizar em termos económicos os espaços florestais degradados e procurar novos mercados para os produtos florestais (PROF-AML);</p> <p>Renovar e reestruturar as <b>explorações agrícolas</b> (PDR2020);</p> <p>Viabilizar a <b>pequena agricultura</b> nomeadamente através do apoio aos investimentos de pequena dimensão, mas também aos</p>	<p>Taxa de emprego (20-64 anos): 75% até 2020 (Portugal2020, EFICE2020)</p> <p>Peso da indústria na economia: 18% até 2020 (EFICE2020)</p>



CADEIA DE VALOR	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>mercados locais e cadeias curtas melhorando a distribuição de valor ao longo da cadeia alimentar (PDR2020);</p> <p>Desenvolver a <b>agricultura biológica</b> e a agro-indústria e promover a agricultura de Marca Sintra (Sintra2015);</p> <p>Apostar no <b>turismo</b> - de lazer, cultural desportivo, agrícola, rural e de atividade - não massificado e disponível para vários segmentos (Sintra2015);</p> <p><b>Redirecionar a oferta turística para os valores naturais da faixa costeira</b> do concelho (PECSAC). Promover turisticamente o <b>concelho além da Vila</b> (Sintra2015);</p> <p>Estruturar a oferta de <b>turismo de natureza</b>, nomeadamente em meio rural, reforçar os <b>circuitos turísticos</b> que qualifiquem e diferenciem o produto, desenvolver o <b>turismo de negócios</b> (PENT) e consolidar os investimentos e garantir elevados padrões de qualidade em novos projetos de <b>turismo residencial</b> (PENT);</p> <p>Melhorar e racionalizar a <b>oferta dos espaços florestais</b> na área do turismo e do lazer (PROF-AML, PMDF);</p> <p>Promover o desenvolvimento de atividades da <b>náutica de recreio e de turismo</b> sustentável na zona costeira (ENGIZC, PENT);</p> <p>Maximizar o aproveitamento de <b>fontes de energia endógenas</b> consolidadas (PES);</p>	
IDENTIDADES	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>(INVESTIMENTO NOS FATORES IDENTITARIOS)</p> <p>Promover setores com <b>elevada componente nacional</b> na sua produção (EFICE2020);</p> <p>Desenvolver uma <b>identidade urbana</b> culturalmente dinâmica permitindo a geração de referências patrimoniais, culturais e identitárias regionais que reforcem o sentido de pertença e de coesão (Lisboa 2020). Disponibilizar áreas de desafogo na malha urbana, promovendo a <b>identidade local</b> e combatendo o desenraizamento cultural (PMA);</p>	

IDENTIDADES	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p><b>Revitalizar os centros históricos</b>, reabilitando o património edificado, recuperando as funções residenciais e revitalizando as funções urbanas (PNPOT);</p> <p>Preservar integridade do <b>conjunto de parques e quintas históricas</b> existentes na vertente Norte da Serra de Sintra (POPNSC);</p> <p><b>Reduzir o abandono de zonas rurais</b>: recuperar quintas para turismo rural/habitação, postos de informação/venda de produtos regionais, criar centros-escola para aprendizagem de costumes tradicionais, delinear percursos pedestres na zona salaia (PECSAC);</p> <p>Promover a riqueza e qualidade da <b>gastronomia e vinhos</b> como complemento da experiência turística (PENT);</p> <p>Afirmar a <b>produção agrícola de Marca Sintra</b>, fomentando o associativismo, criando condições de acesso à terra, fomentando o emprego rural e promovendo os produtos agrícolas típicos sintrenses (Sintra2015); Promover, nomeadamente as fruteiras de variedade regional e da <b>vinha de Colares</b> (as castas Ramisco e Malvasia de Colares) (POPNSC);</p> <p>Manter a <b>compartimentação tradicional da paisagem</b> (POPNSC);</p> <p>Criar a <b>noção de pertença a Sintra</b> através da educação, equipamentos e atividades culturais (Sintra2015);</p>	
<p>(REDE SOCIAL, CIDADANIA)</p> <p><b>Integrar</b> as pessoas em risco de pobreza, <b>combater a exclusão social</b> e <b>promover a igualdade</b> de oportunidades e o <b>emprego</b> (Portugal 2020);</p> <p>Tornar as cidades mais amigáveis para a “<b>terceira idade</b>”(ENDS);</p> <p>Promover o <b>empreendedorismo e a inovação social</b> (Portugal 2020);</p> <p><b>Criar uma noção de cidade</b> nos centros urbanos através da descentralização de serviços, da promoção de coletividades e atividades identitárias de cada local e de revisão administrativa (Sintra2015); Estabelecer mecanismos que garantam a <b>igualdade no acesso ao conforto urbano</b> e corrijam os desequilíbrios existentes e os processos segregacionistas, reforçando medidas de discriminação positiva para garantir a <b>coesão social e territorial</b> (Lisboa 2020);</p> <p>Reforçar a “normalização” dos <b>Bairros Sociais</b>, quer através da sua integração no espaço urbano circundante, quer através de</p>	

IDENTIDADES	
Orientações de Ambiente e Sustentabilidade	Metas relevantes
<p>intervenções que diminuam a sua associação a “bairros sociais” (PEH, 2008)</p> <p>Favorecer a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente <b>pessoas com deficiências</b> (ENPSIS);</p> <p>Adoptar uma <b>política ativa de imigração</b>, que contribua para reforçar o nível de qualificações da população ativa e promova a plena integração dos imigrantes na sociedade portuguesa (ENDS);</p> <p>Desenvolver o <b>voluntariado</b> e reforçar as instituições de <b>solidariedade social</b>, ao serviço de iniciativas de integração social (ENDS);</p> <p>Apoiar os segmentos da população com menores rendimentos na utilização dos serviços públicos de <b>transporte de passageiros</b> (PETI3+);</p> <p>Desenvolver projetos com os diferentes agentes educativos de forma a <b>potencializar a ação da Rede de Equipamentos Lúdicos</b> (envolver a família, a escola e a comunidade em geral) (CES);</p> <p>Promover o sentimento de territorialidade e de identidade local nas áreas social e urbanisticamente mais desqualificadas, apelando à <b>participação dos indivíduos e dos movimentos cívicos</b>, na dinamização de atividades culturais, lúdicas e desportivas (PROT-AML)</p> <p><b>Atrair jovens</b> (Sintra2015);</p> <p><b>Ocupar e integrar as populações jovem e idosa</b> através de atividades educativas, culturais e desportivas (Sintra2015);</p>	

## **Anexo IV – Participação pública no processo de identificação dos FCD**

### **1) Workshop de Focalização**

No dia 19 de Novembro de 2014 realizou-se um Workshop de Focalização, no âmbito da AAE da PDM de Sintra.

Para este evento foram convidadas várias entidades com relevância no concelho, bem como vários particulares, tendo-se realizado no espaço do Museu das Artes de Sintra, entre as 9:00 e as 13:30.

#### **Objetivos do Workshop**

A promoção da participação e envolvimento de agentes-chave numa fase inicial do processo de planeamento tem como objetivos:

- Consolidar e validar com as partes interessadas os objetivos e prioridades estratégicas de desenvolvimento do concelho;
- Acrescentar valor ao processo de decisão, pela consideração de diferentes opiniões, valores, interesses e preocupações dos agentes relevantes;
- Assegurar que o processo de planeamento do concelho de Sintra assenta em princípios democráticos de transparência e participação; e
- Criar sentido de compromisso para com o processo de planeamento dos agentes relevantes envolvidos, pelo facto de permitir que estes se identifiquem com o resultado final do processo, aumentando assim o sucesso de implementação do novo PDM.

Com o Workshop pretendeu-se criar e promover uma sessão de discussão entre os agentes relevantes do concelho de Sintra para obter perceções sobre as problemáticas e potencialidades que deverão traduzir prioridades num desenvolvimento sustentável do município. Deste modo, obteve-se um rápido diagnóstico sobre prioridades que asseguram uma focagem estratégica tanto no processo de AAE como no processo de planeamento.

#### **Estrutura do Workshop**

O Workshop dividiu-se em duas sessões de trabalho (Quadro 10):

- A) Sessão de trabalho em grupos;
- B) Sessão de trabalho coletiva.

Quadro 10: Sessões de Trabalho Workshop

Sessão / Atividades		Objetivo
A) Sessão de trabalho em grupos	Identificação de Prioridades	Identificação das potencialidades e problemáticas do concelho de Sintra.
	Identificação de temas críticos	Agrupamento das temáticas anteriormente identificadas – identificação de fatores de sucesso.
B) Sessão de trabalho coletiva	Sintetização de temas críticos	Identificação de fatores críticos a serem considerados na avaliação do PDM de Sintra.

### Presenças

Foram convidadas a participar no Workshop 106 pessoas das quais 62 confirmaram presença e 57 participaram, representando uma taxa de participação de 53,8%.

Em relação à representatividade de agentes no Workshop, as estatísticas são;

- Câmara Municipal de Sintra: 36,8%;
- Juntas de Freguesias: 14,0%;
- Associações recreativas e outros: 10,5%;
- Administração central: 8,8%;
- Particulares: 8,8%;
- Setor privado: 7,0%;
- Assembleia Municipal: 5,3%;
- Forças de segurança: 3,5%;
- Conselhos de apoio ao PDM: 3,5%;
- Parques Sintra: 1,8%.

### Resultados das Sessões de Trabalho

#### A) Sessão de Trabalho em Grupos

A sessão de trabalho em grupos realizou-se em 4 salas e dividiu-se em dois exercícios complementares:

- 1º Exercício: identificar os principais aspetos considerados prioritários para o desenvolvimento do concelho de Sintra;
- 2º Exercício: identificar, numa primeira fase, os temas considerados críticos a um desenvolvimento sustentável no concelho.

#### Identificação de aspetos prioritários

Para a **identificação dos aspetos considerados prioritários**, duas questões foram colocadas aos participantes pedindo-se que, para cada questão, identificassem dois aspetos:

- 1ª Questão: “Em que é que o concelho de Sintra é melhor que os outros concelhos?”; e
- 2ª Questão: “Quais os aspetos a melhorar no concelho no âmbito do PDM?”.

Nos Quadros seguintes apresentam-se os resultados globais deste exercício (os resultados discriminados por sala podem ser consultados em Anexo) e sua relação com os *clusters* identificados na sessão de trabalho coletiva subsequente. A escala de cores é indicativa das preferências dos participantes – cor mais escura representa os aspetos mencionados mais vezes no conjunto das quatro salas de trabalho.

**Quadro 11: Resultados agregados do exercício de identificação de aspetos prioritários – 1ª questão – O que torna Sintra melhor**

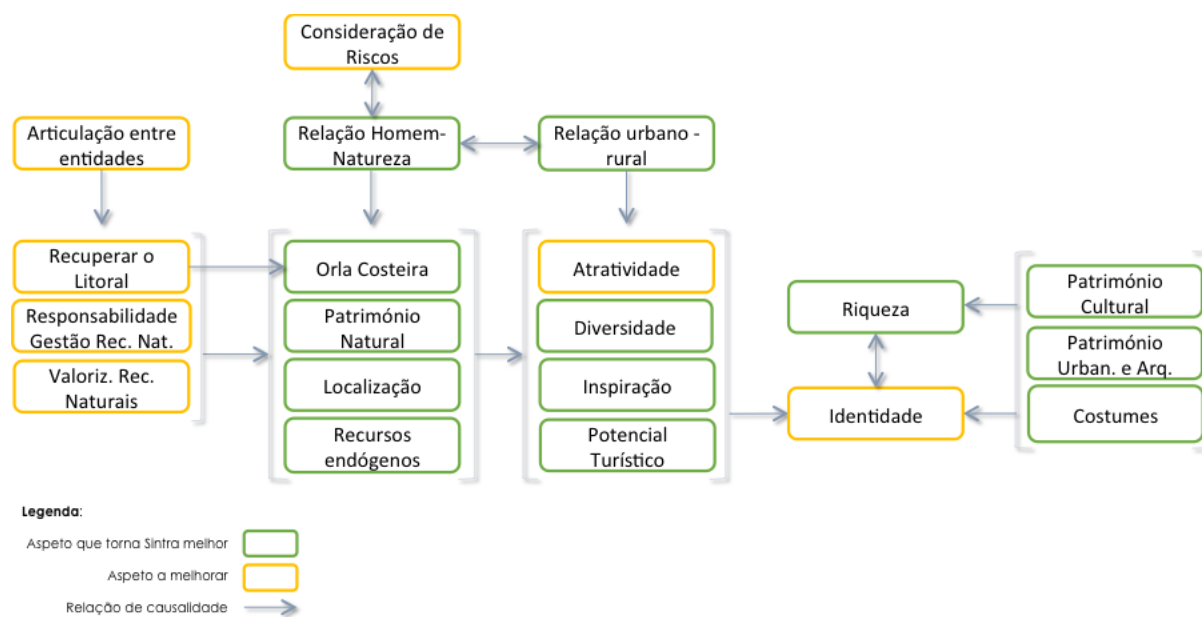
Património Cultural (incluindo práticas rurais ancestrais, cultura e a Vila de Sintra)	<b>Território (diversidade)</b>
Património Natural (incluindo a grande expressão do espaço natural e a Serra)	
Diversidade	
Património Urbanístico e Arquitetónico	
Localização geográfica	
Paisagem (e relações homem-natureza) / Beleza	
Turismo (incluindo o Potencial turístico do PNSC)	
Potencialidade dos recursos endógenos	
Potencial da orla costeira	
Qualidade ambiental	
Dimensão (social, geográfica)	
Riqueza	
Inspiração	
Relação rural - urbano	
Forte dinâmica associativa	<b>População e cidadania</b>
Solidariedade e valores humanos	
Dimensão (humana e territorial)	
Elevado número de população jovem	
População	
Costumes	
Diversidade cultural da população	
Habitar	
Emprego	<b>Economia e desenvolvimento</b>
Transformação rocha / pedra ornamental	
Indústria extrativa	
Plataforma para o futuro	
Rodovias	<b>Cidade</b>
Concentração urbana	
Direito ao território e à propriedade	

**Quadro 12: Resultados agregados do exercício de identificação de aspetos prioritários – 2ª questão: Aspetos a melhorar no concelho**

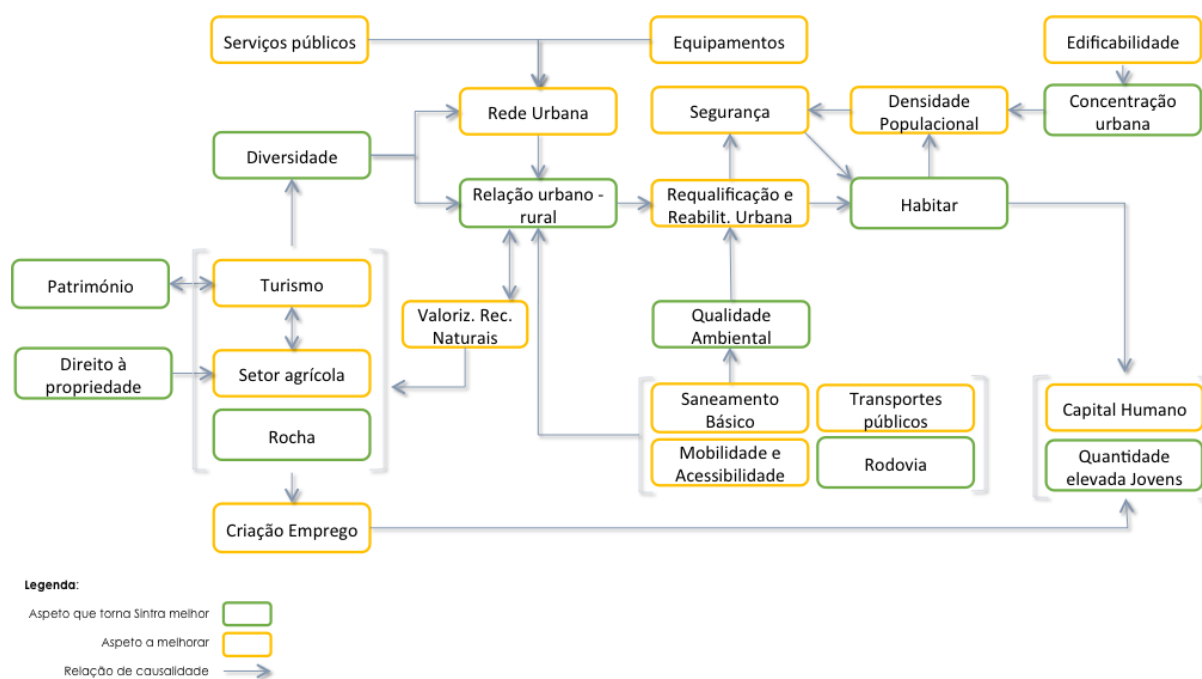
<b>Mobilidade</b>	<b>Território (diversidade)</b>
Acessibilidades (intra- e extra-concelhia)	
Transportes públicos (intra- e extra-concelhios)	
Regularização das vias de comunicação	
Ordenamento do território	
Ocupação dispersa (assimetrias na ocupação)	
Planeamento	
Conservação e valorização do património natural / cultural	
Maior responsabilidade na gestão e valorização dos recursos	
Corredores verdes	
Valorização dos recursos naturais	
Recuperação e preservação do litoral	
Turismo (dinâmicas e infraestruturas de apoio)	
Dinamizar o setor agrícola (incluindo a relação Agricultura – turismo e investimento)	
Perda de identidade	<b>População e cidadania</b>
Atratividade	
Educação cívica e cidadania (incluindo Higiene pública)	
Densidade urbana	
Segurança	
Desvalorização do capital humano (inclusão, formação e ensino)	
Combate ao empobrecimento	<b>Governança</b>
Integração socioeconómica	
Densidade populacional na linha de Sintra	
Articulação entre entidades (harmonização, alinhamento público-privado)	
Serviços públicos (dispersão e prestação de serviços)	
Investimentos (condições e foco) e financiamento	<b>Economia e desenvolvimento</b>
Burocracia	
Monitorização	
Realização de considerações uniformes	<b>Cidade</b>
Realização de considerações uniformes	
Criação de emprego	
Inovação	
Criação de pólos tecnológicos	
Requalificação urbana	
Equipamentos sociais, saúde, cultura, lazer, espaços verdes e desporto	
Edificabilidade	
Reabilitação urbana	
Consideração de riscos naturais e tecnológicos no planeamento	
Ausência de parque temáticos (campos de jogos)	
Integração dos centros históricos no todo concelhio (rede)	
Incentivos à mobilidade reduzida	
Estacionamento	
Saneamento básico	

#### *Relações de causalidade*

A análise dos resultados obtidos no exercício de identificação de prioridades permite identificar algumas relações de causalidade (influência) entre os vários aspetos apresentados pelos participantes.



**Figura 3 – Relações de causalidade identificadas (1/4)**



**Figura 4 - Relações de causalidade identificadas (2/4)**



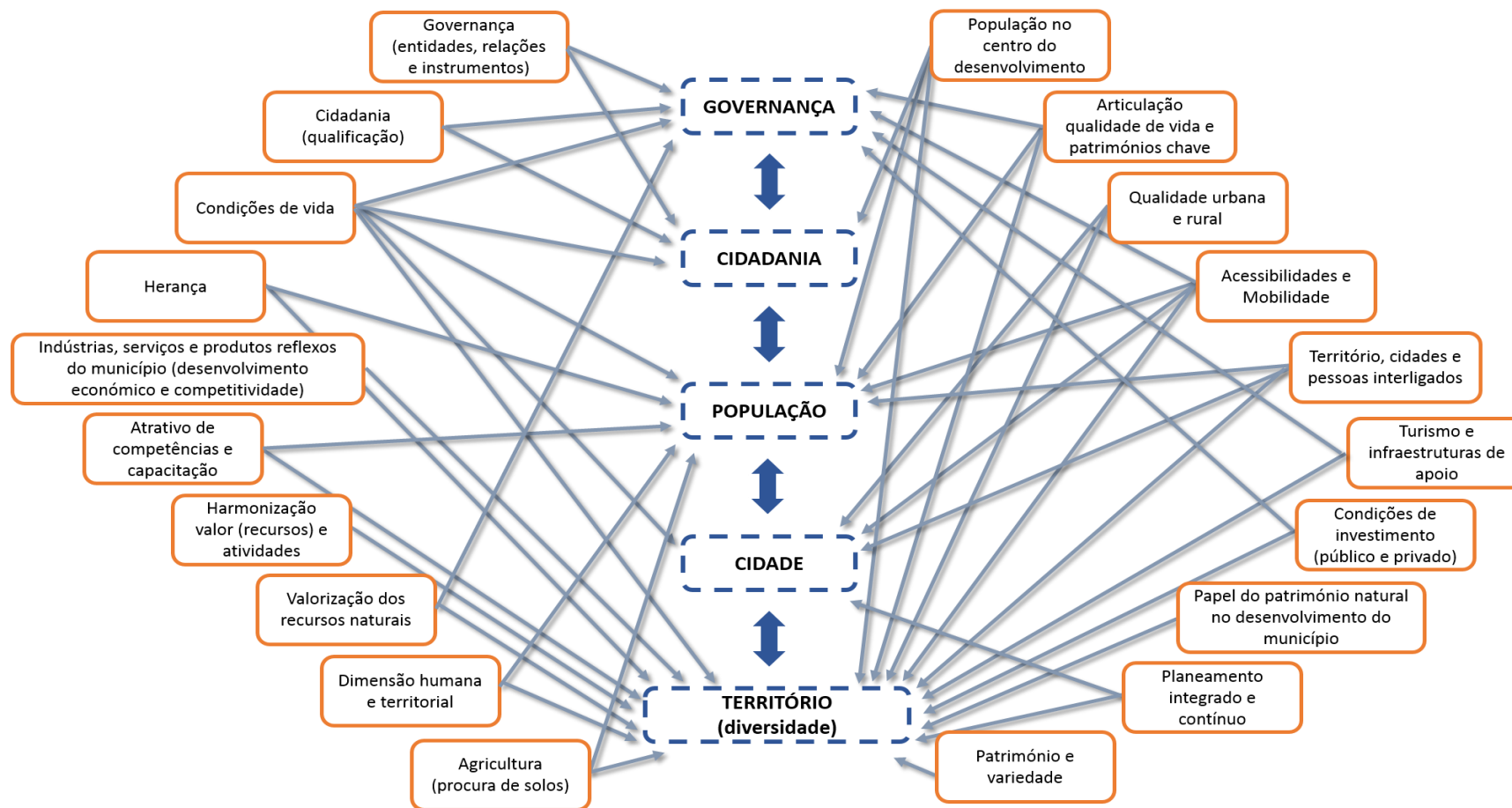


#### *Identificação de temas críticos*

Para a **identificação dos temas considerados críticos** cada grupo, com base no mapeamento de prioridades, identificou temas / fatores considerados críticos para o concelho.

Na Figura 7 estão apresentados os principais temas / fatores identificados, sem discriminação por sala (os resultados discriminados por sala podem ser consultados em Anexo), e sua relação com os *clusters* identificados na sessão de trabalho coletiva subsequente.

Nota: as temáticas identificadas na Figura 7 estão aleatoriamente distribuídas.

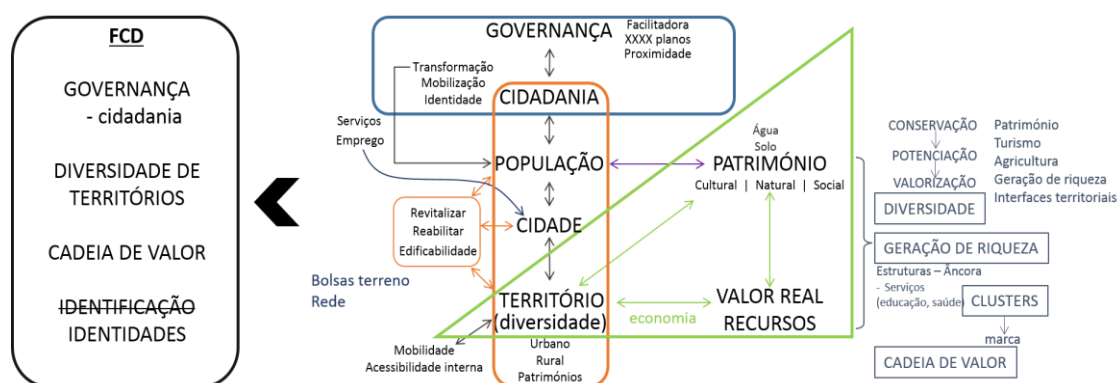


**Figura 7 - Resultados do exercício de identificação de temas críticos**

### B) Sessão de Trabalho Coletiva

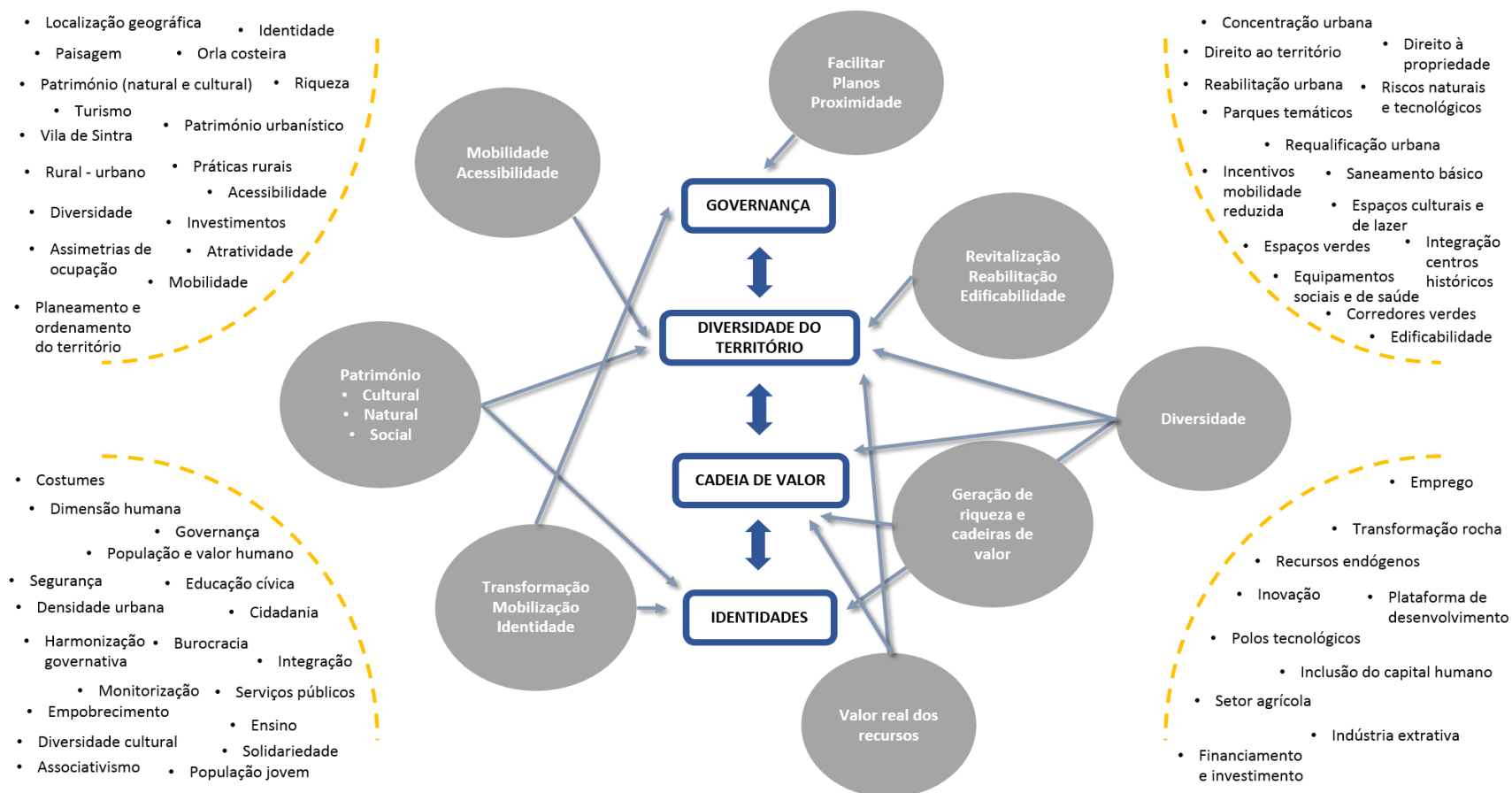
Este exercício, realizado numa sessão coletiva com todos os participantes, teve como objetivo sistematizar os resultados obtidos na sessão de grupo anterior. Como resultado obteve-se um conjunto de temas fundamentais para o processo de decisão estratégica (FCD), representativos dos vários interesses relevantes presentes no concelho.

Na Figura 8 estão apresentados os resultados da sessão de trabalho coletiva.



**Figura 8 - Resultado do exercício de identificação dos FCD**

## Resultados preliminares globais – Proposta de FCD



## 2) Inquérito à população

### Introdução

No âmbito da presente Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) realizou-se um inquérito à população com o objetivo de captar perceções sobre problemas, potencialidades e prioridades de desenvolvimento.

O inquérito foi disseminado em formato papel, via postal com a fatura da água - com o apoio dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Sintra - podendo ser entregue nesse mesmo formato ou em formato digital – *online* (instalado na plataforma *qualtrics.com*). Esta iniciativa foi disseminada no sítio de internet da CMS, nas Juntas de Freguesia e nos meios de comunicação locais. Esteve aberto para resposta entre os dias 1 e 31 de dezembro de 2014.

O questionário é composto por duas secções: a primeira para caracterização do perfil do inquirido, composta por quatro questões fechadas; a segunda relativa ao concelho de Sintra e composta por duas questões de escolha múltipla e duas questões de resposta aberta (Figura 9).

**INQUÉRITO**

---

Para que a sua resposta possa ajudar, é essencial preencher todas as questões.

As respostas a este inquérito têm carácter estritamente confidencial.

**Caraterização do inquirido**

Freguesia: \_\_\_\_\_ Código Postal: \_\_\_\_\_

Género: Masculino ☐ Feminino ☐ Idade: ☐ 0 – 24 anos ☐ 25 – 64 anos ☐ mais de 65 anos

Habilitações Literárias: ☐ Sem Habilitações ☐ Até 4ª Classe (1º ciclo) ☐ Até 6º ano (2º ciclo) ☐ Até 9º ano (3º ciclo)

☐ Até 12º ano (Ensino Secundário) ☐ Formação Superior

Condição perante o Trabalho: ☐ Empregado(a) ☐ Desempregado(a) ☐ Estudante, Doméstico(a) ☐ Reformado(a)

**Questionário**

1. Indique os 5 aspetos que considera mais positivos no concelho de Sintra:


<input type="checkbox"/> Acessibilidade e estacionamento	<input type="checkbox"/> Igualdade social
<input type="checkbox"/> Mobilidade e transportes	<input type="checkbox"/> Serviços de saúde
<input type="checkbox"/> Incêndios e fixação de empresas	<input type="checkbox"/> Educação
<input type="checkbox"/> Agricultura	<input type="checkbox"/> Equipamentos de lazer e espaços verdes
<input type="checkbox"/> Indústria da pedra	<input type="checkbox"/> Equipamentos sociais
<input type="checkbox"/> Dinâmica empresarial	<input type="checkbox"/> Funcionamento dos serviços municipais
<input type="checkbox"/> Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/> Participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento
<input type="checkbox"/> Cultura, tradições e produtos locais	<input type="checkbox"/> Crescimento urbano
<input type="checkbox"/> Património histórico edificado	<input type="checkbox"/> Qualidade ambiental
<input type="checkbox"/> Serra e Parque Natural	<input type="checkbox"/> Saneamento básico
<input type="checkbox"/> Zona costeira e praias	<input type="checkbox"/> Segurança
<input type="checkbox"/> Diversidade étnica	<input type="checkbox"/> Turismo
<input type="checkbox"/> Espaço público e edificado	<input type="checkbox"/> Outro: _____

2. Indique os 5 aspetos que considera que devem ser melhorados no concelho de Sintra:

<input type="checkbox"/> Acessibilidade e estacionamento	<input type="checkbox"/> Igualdade social
<input type="checkbox"/> Mobilidade e transportes	<input type="checkbox"/> Serviços de saúde
<input type="checkbox"/> Incêndios e fixação de empresas	<input type="checkbox"/> Educação
<input type="checkbox"/> Agricultura	<input type="checkbox"/> Equipamentos de lazer e espaços verdes
<input type="checkbox"/> Indústria da pedra	<input type="checkbox"/> Equipamentos sociais
<input type="checkbox"/> Dinâmica empresarial	<input type="checkbox"/> Funcionamento dos serviços municipais
<input type="checkbox"/> Oportunidades de emprego	<input type="checkbox"/> Participação ativa dos cidadãos no desenvolvimento
<input type="checkbox"/> Cultura, tradições e produtos locais	<input type="checkbox"/> Crescimento urbano
<input type="checkbox"/> Património histórico edificado	<input type="checkbox"/> Qualidade ambiental
<input type="checkbox"/> Serra e Parque Natural	<input type="checkbox"/> Saneamento básico
<input type="checkbox"/> Zona costeira e praias	<input type="checkbox"/> Segurança
<input type="checkbox"/> Diversidade étnica	<input type="checkbox"/> Turismo
<input type="checkbox"/> Espaço público e edificado	<input type="checkbox"/> Outro: _____

3. O que gostaria que fosse Sintra daqui a 20 anos?

4. Gostaria de deixar alguma sugestão?



GABINETE DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – DIR. MUN. DE AMBIENTE, PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO  
Praça D. Afonso Henriques 2710-520 Sintra Telef: 219247000 Fax: 219247070 E-mail: gpd@cm-sintra.pt 1 • 1

Figura 9: Estrutura do inquérito e layout

## Caracterização da Amostra

Foram enviados 181.000 inquéritos em formato papel representando 48% da população total do concelho (377.835 habitantes). No total foram obtidas 2.282 respostas (972 em formato papel e 1.310 em formato digital) correspondendo a uma taxa de resposta de 1,3%.

Foram excluídas 111 respostas, por falhas de preenchimento, pelo que o total de respostas consideradas é de 2171. Estas respostas foram excluídas pelos seguintes motivos:

- Não cumprimento das orientações de resposta, principalmente em questões de escolha múltipla, tornando-se ilegível para a presente análise estatística;
- Duplicação de inquéritos entregues;
- Questionários parcialmente respondidos;
- Não preenchimento do campo relativo à freguesia de residência;
- Questionários entregues em branco.

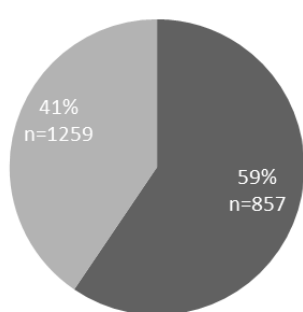
O Quadro 13 mostra a distribuição das respostas por freguesia. Constata-se que a freguesia com maior representatividade é a de Algueirão Mem Martins e a União de Freguesias de Queluz e Belas que correspondem às freguesias mais populosas. As freguesias com menor número de respostas ao questionário foram a União de Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro, e Casal de Cambra.

**Quadro 13: Distribuição dos inquiridos por Freguesia**

	Nº	%	População residente <sup>19</sup>
<b>Freguesia de Algueirão - Mem Martins</b>	489	<b>23%</b>	<b>66250</b>
<b>U.F. de Queluz e Belas</b>	277	<b>13%</b>	<b>52335</b>
Freguesia de Rio de Mouro	274	13%	47311
U.F. de Sintra	267	12%	29591
U.F. de Aqualva e Mira Sintra	222	10%	41104
U.F. de Massamá e Monte Abraão	194	9%	48921
U.F. de Cacém e São Marcos	142	7%	38701
U.F. de São João das Lampas e Terrugem	104	5%	16505
Freguesia de Colares	87	4%	7628
U.F. de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro	69	3%	16788
Freguesia de Casal de Cambra	46	2%	12701
<b>Total</b>	<b>2.171</b>	<b>100%</b>	377835

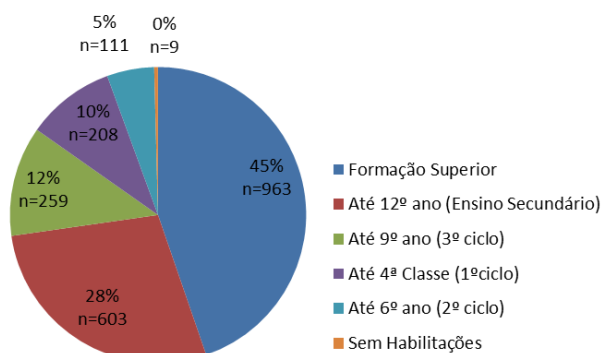
<sup>19</sup> INE, Censos 2011

Verificou-se que a maioria dos inquiridos é do género masculino (59%). No que diz respeito à formação, os inquiridos com formação superior (45%) são os mais representados (Figuras 10 e 11)<sup>20</sup>.



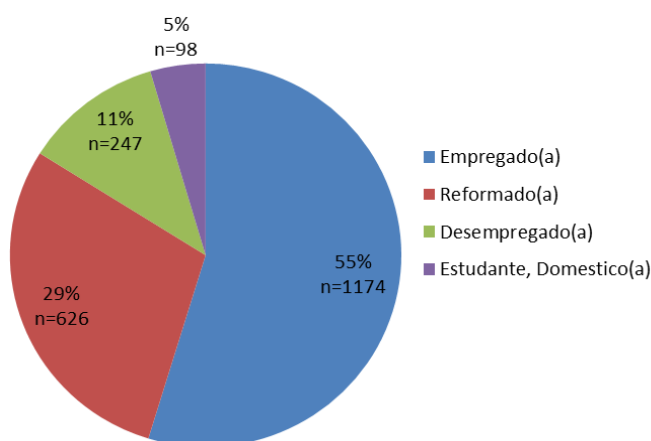
■ Masculino ■ Feminino

**Figura 10: Distribuição dos inquiridos por género**



**Figura 11: Distribuição dos inquiridos por habilitações**

Sobre a condição dos inquiridos perante o trabalho, a maioria encontra-se empregado(a) (55%) (Figura 12). É importante também apontar a elevada percentagem de reformados (29%).



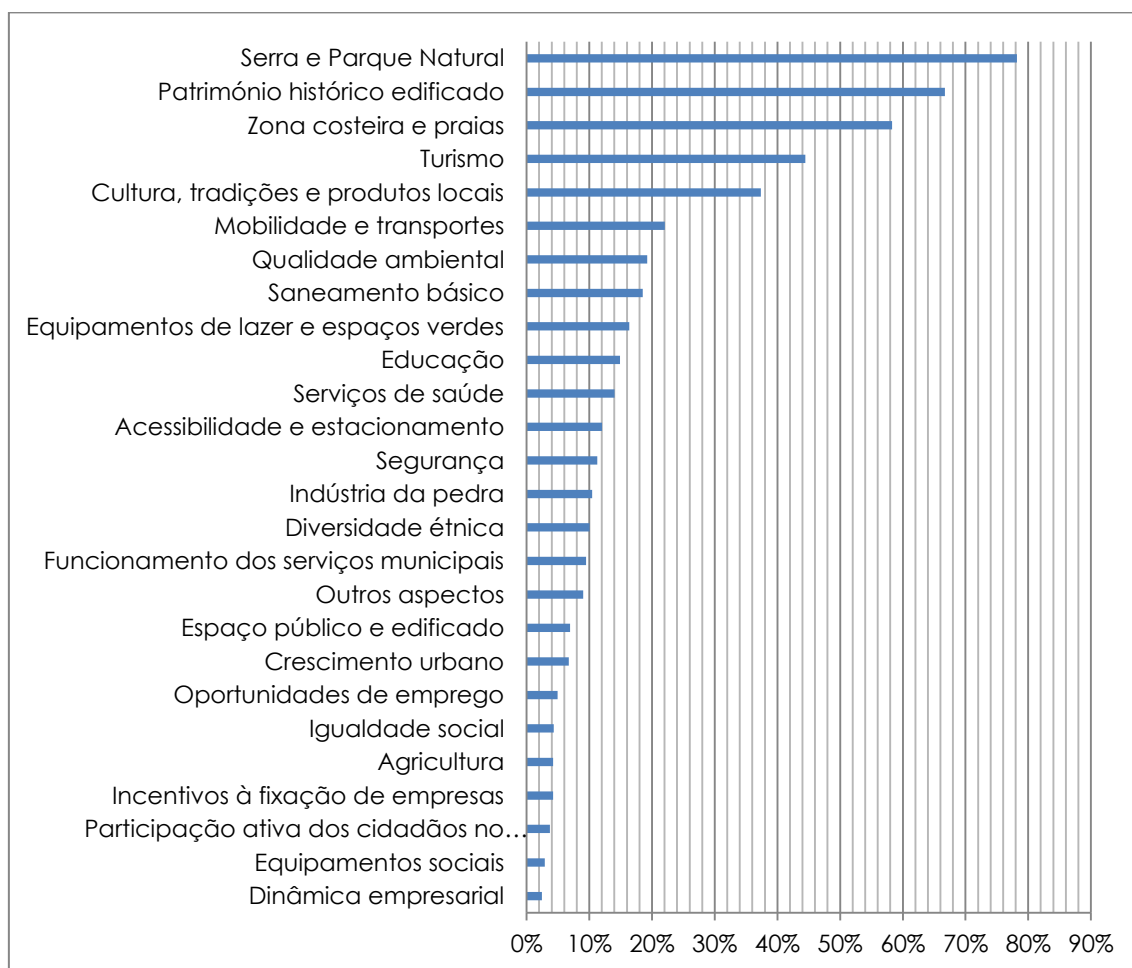
**Figura 12: Condição perante o trabalho dos inquiridos**

<sup>20</sup> Devido a um erro no sistema informático não foi possível processar os dados relativos à idade dos inquiridos.



## Síntese dos principais resultados

Na questão relativa aos “cinco aspetos que considera **mais positivos** no concelho de Sintra”, os aspetos com maior representatividade de resposta são “Serra e Parque Natural”, “Património histórico edificado”, “Zona costeira e praias”, “Turismo” e “Cultura, tradições e produtos locais” (Figura 13).



**Figura 13: Aspetos considerados positivos no concelho de Sintra (Em % de respostas)**

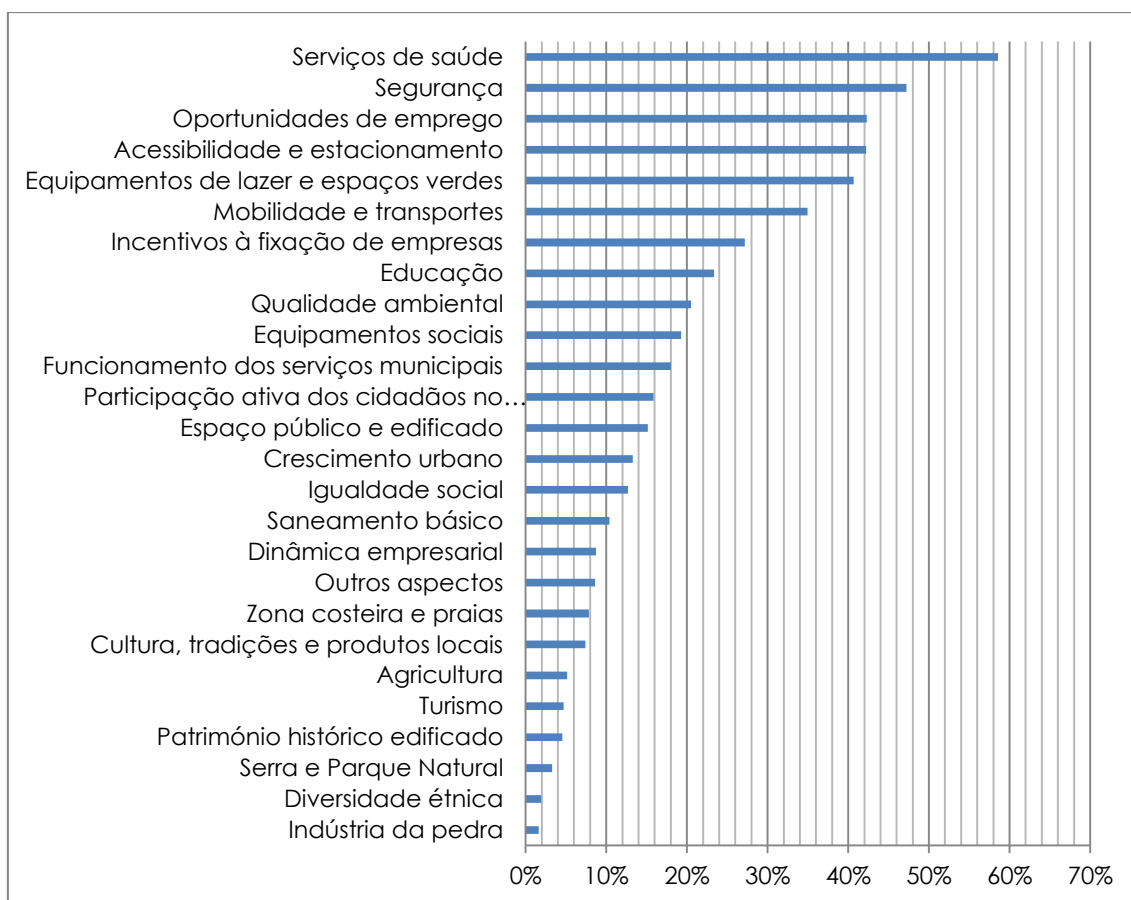
Verifica-se que os três aspetos mais mencionados são idênticos em todas as freguesias. O Quadro 14 ilustra a representatividade destes em cada uma das freguesias.

**Quadro 14: Representatividade dos aspetos positivos mais mencionados por freguesia (Em % de respostas)**

	Serra e Parque Natural	Património histórico edificado	Zona costeira e praias
Freguesia de Algueirão - Mem Martins	17%	14%	13%
Freguesia de Colares	16%	16%	14%
Freguesia de Casal de Cambra	10%	10%	7%
Freguesia de Rio de Mouro	17%	15%	13%
U.F. de Agualva e Mira Sintra	15%	13%	12%
U.F. de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro	14%	13%	13%
U.F. de Cacém e São Marcos	15%	11%	9%
U.F. de Massamá e Monte Abraão	15%	12%	9%
U.F. de Queluz e Belas	15%	13%	10%
U.F. de São João das Lampas e Terrugem	17%	14%	12%
U.F. de Sintra	17%	16%	13%

Na questão relativa aos “cinco aspetos que considera que **devem ser melhorados** no concelho de Sintra” os mais referidos foram “Serviços de saúde”, “Segurança”, “Oportunidades de emprego”, “Acessibilidade e estacionamento” e “Equipamentos de lazer e espaços verdes” (Figura 14).

**Figura 14 Aspectos a melhorar no concelho de Sintra (Em % de respostas)**



A análise das respostas por freguesia (Quadro 15) mostra que os resultados são em muito semelhantes aos resultados concelhios, sendo que quase todas as freguesias priorizam a questão dos **“Serviços de saúde”** como o aspecto mais relevante a melhorar. De realçar que:

- Na Freguesia de Rio de Mouro o aspecto “Equipamentos de lazer e espaços verdes” foi o mais mencionado;
- Nas Freguesias de Colares e U.F. de Almargem do Bispo e Pero Pinheiro e Sintra a prioridade está nas questões da “Mobilidade e transportes” e “Acessibilidades e estacionamento”;
- A U.F. de Massamá e Monte Abraão dá prioridade à questão da “Segurança”.

**Quadro 15: Representatividade dos aspetos a melhorar mais mencionados por freguesia (Em % de respostas)**

Freguesia / U.F	Serviços de saúde	Equipamentos de lazer e espaços verdes	Segurança	Acessibilidade e estacionamento	Mobilidade e transportes	Educação	Oportunidades de emprego	Equipamentos de lazer e espaços verdes	Saneamento básico	Zona costeira e praias	Incentivos à fixação de empresas
Algueirão - Mem Martins	<b>13%</b>	11%	10%	7%			9%				
Colares	7%	7%		<b>9%</b>	8%					7%	
Casal de Cambra	<b>11%</b>	8%	10%			9%	8%				
Rio de Mouro	11%		10%		8%		9%	<b>12%</b>			
Agualva e Mira Sintra	<b>14%</b>		12%	8%			10%	9%			
Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro	<b>15%</b>				8%		10%		8%		7%
Cacém e São Marcos	<b>11%</b>	9%	<b>11%</b>	<b>11%</b>			9%				
Massamá e Monte Abraão	9%	7%	<b>12%</b>	10%			9%				
Queluz e Belas	<b>14%</b>	10%	9%		8%		9%				
São João das Lampas e Terrugem	<b>10%</b>		7%	7%				8%	7%		
Sintra	10%	7%		<b>12%</b>	9%		7%				

Relativamente à questão “**O que gostaria que fosse Sintra daqui a 20 anos**”, as respostas foram diversas, mas os pontos em comum permitiram realçar os aspetos ou expressões mais referidos. A Figura 15 evidencia, em destaque, os termos mais utilizados. Comparando estes resultados com os obtidos anteriormente verifica-se uma convergência de opiniões no sentido do que é importante apostar em Sintra e quais devem ser as prioridades no desenvolvimento concelhio, destacando-se a Segurança, Qualidade de vida, Espaços verdes e Turismo.



**Figura 15 Palavras mais mencionadas para descrever Sintra daqui a 20 anos**

Em Novembro de 2014 realizou-se em Sintra um Workshop de focalização com entidades de relevância para o concelho (Anexo IV 1)). Comparando os resultados aí obtidos com os aqui apresentados verifica-se uma convergência de resultados, nomeadamente:

- Os aspectos positivos “Serra e Parque Natural”, “Património histórico edificado”, “Zona costeira e praias”, “Turismo” e “Cultura, tradições e produtos locais” identificados são semelhantes;
- Os aspectos negativos “Serviços de saúde”, “Segurança”, “Oportunidades de emprego”, “Acessibilidade e estacionamento” e “Equipamentos de lazer e espaços verdes” identificados são semelhantes;